



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
LICENCIATURA EM LÍNGUA PORTUGUESA

EMANUEL JORGE DE OLIVEIRA

**A MODALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA NO ARTIGO DE
OPINIÃO**

JOÃO PESSOA-PB

2018

EMANUEL JORGE DE OLIVEIRA

**A MODALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA NO ARTIGO DE
OPINIÃO**

Monografia apresentada à Coordenação do curso de Licenciatura em Letras Português da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito parcial para obtenção da licenciatura em Letras Português. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Carvalho Ribeiro.

JOÃO PESSOA-PB

2018

Publicação na Fonte.

Universidade Federal da Paraíba.

Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Oliveira, Emanuel Jorge de.

A modalização como estratégia argumentativa no artigo de opinião / Emanuel Jorge de Oliveira. - João Pessoa, 2018.

64 f.

Monografia (Graduação em Letras / língua portuguesa) – Universidade Federal da Paraíba - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Carvalho Ribeiro.

1. Língua. 2. Discurso. 3. Argumentação. 4. Modalização. I. Título.

BSE-CCHLA

CDU 808

EMANUEL JORGE DE OLIVEIRA

**A MODALIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA ARGUMENTATIVA NO ARTIGO DE
OPINIÃO**

Trabalho apresentado ao Curso de Licenciatura em
Letras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) como
requisito para obtenção do grau de Licenciatura em
Letras, habilitação em Língua Portuguesa.

Data da aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Carvalho Ribeiro
(Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina de Assis
(Banca examinadora)

Prof.^a Dr.^a Maria de Fátima Benício de Melo
(Banca examinadora)

Dedico a Deus, razão da minha existência, à minha mãe, por sua excelência em minha educação, à minha esposa pelo incentivo para eu concluir o curso e à minha filha, por serem meu porto seguro, e meu pai (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu bom Deus, por sua bondade e generosidade em toda minha vida, particularmente nessa etapa de conclusão do curso de Letras.

À minha família, minha mãe, minhas irmãs e irmãos, por sempre estarem presente em minhas escolhas e por terem sido apoio necessário para a conclusão desse curso.

À minha amada esposa, Suzana Gomes, que sempre insistiu e persistiu para que eu concluísse o curso.

À minha filha, que sem compreender bem essa etapa em minha vida, é a razão pelo qual me leva a insistir em meus sonhos.

Aos meus caros professores do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Apesar do cansaço do dia a dia e após um dia de trabalho, meus professores me possibilitaram acreditar no futuro, pisando fixo no presente.

Particularmente, agradeço a minha querida professora Dr.^a Maria das Graças Carvalho Ribeiro por ter possibilitado pensar sobre essa temática e, principalmente, por ter me orientado com suas preciosas orientações na construção e conclusão desta monografia, como pré-requisito de conclusão do curso. Também agradeço às professoras da banca examinadora, por fazerem parte deste momento de conclusão de curso e por suas contribuições para meu crescimento acadêmico e no magistério.

Aos amigos e alunos dessa instituição, com quem estudei e pude criar laços que o tempo não apagará. Muitas vezes, compartilhamos das mesmas frustrações e sorrimos pelas mesmas e diferentes conquistas.

Aos funcionários da Universidade Federal da Paraíba, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário, especialmente o amigo Sérgio Marcos Cavalcante, técnico administrativo aposentado da Coordenação do Curso de Letras.

À Escola de Referência de Ensino Médio Frei Orlando, a gestora Maria Joselma da Silva, à Clênia de Pontes Lima, professora de Língua Portuguesa dos alunos dos 2º anos do Ensino Médio e a todos eles, por contribuírem nesse meu processo de construção do trabalho de conclusão do curso.

Enfim, a todos que, direta ou indiretamente, colaboraram para que este momento de fim do curso desta graduação acontecesse.

Deus é bom para todos nós!

“A interação social por intermédio da
língua caracteriza-se, fundamentalmente,
pela argumentatividade”.

Ingedore Koch

RESUMO

A pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso diz respeito à modalização no gênero argumentativo. Seu objetivo é estudar a marca dos modalizadores como estratégia argumentativa no artigo de opinião, produzido por estudantes 2º ano do ensino médio, da Escola de Referência de Ensino Médio Frei Orlando, da cidade de Itambé, Pernambuco, além de identificar a recorrência dos modalizadores e perceber seu efeito de sentido nos enunciados do gênero citado. Essa pesquisa está fundamentada em Bakhtin (2000) e Marcuschi (2008) sobre língua e gênero discursivo, sobre a modalização de Castilho e Castilho (1993), a enunciação de Cervoni (1989), argumentação e linguagem de Koch (2011) e Ducrot (1988), o estudo dos modalizadores de Neves (2006) e o uso da modalização de Nascimento e Silva (2014). A sua metodologia consistiu na leitura de 30 textos e identificação dos modalizadores em 12 produções textuais, pertencentes ao gênero artigo de opinião, produzidas como pré-requisito avaliativo e, ao mesmo tempo, em preparação ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). O estudo em questão mostrou alguns resultados: 1. os alunos, em sua maioria, utilizaram os modalizadores como estratégia discursiva, consciente de seu efeito de sentido, 2. nos textos, os alunos conseguem estabelecer uma relação do conteúdo enunciado com o interlocutor, 3. nos textos analisados, os alunos poderiam utilizar ainda mais os modalizadores em seus textos, 4. os modalizadores identificados são muito mais recorrente na introdução e no desenvolvimento e pouco menos na conclusão. Esse estudo dá ênfase ao uso dos modalizadores no gênero discursivo artigo de opinião como recurso argumentativo no conteúdo enunciativo e seu efeito de sentido. Nessa perspectiva, a língua, o discurso e a argumentação em interação exercem uma finalidade comunicativa, modalizada no texto para convencer o interlocutor da verdade do conteúdo enunciativo.

Palavras-chave: Língua. Discurso. Argumentação. Modalização.

ABSTRACT

The research of this Course Conclusion Work is related to the modalization in the argumentative genre. Its objective is to study the brand of the modalizers as an argumentative strategy in the opinion article, produced by students 2nd year of high school, of the High School Reference School Fray Orlando, of the city of Itambé, Pernambuco, in addition to identifying the recurrence of the modalizers and perceive its effect of meaning in the statements of the genre quoted. This research is based on Bakhtin (2000) and Marcuschi (2008) on language and discursive genre, on the modulation of Castilho and Castilho (1993), the enunciation of Cervoni (1989), the argumentation and language of Koch (2011) and Ducrot 1988), the study of the modellers of Neves (2006) and the use of the modulation of Nascimento e Silva (2014). Its methodology consisted in the reading of 30 texts and identification of the modalizers in 12 textual productions, belonging to the genre of opinion, produced as an evaluative prerequisite and, at the same time, in preparation for the ENEM (National High School Examination). The study in question showed some results: 1. the students, for the most part, used the modalizers as a discursive strategy, conscious of their effect of sense, 2. in the texts, students can establish a relation of the contents enunciated with the interlocutor, 3 in the texts analyzed, students could use the modalizers in their texts even more, 4. the identified modifiers are much more recurrent in the introduction and development, and less in conclusion. This study emphasizes the use of modalizers in the discursive genre of opinion as an argumentative resource in the enunciative content and its effect of meaning. In this perspective, the language, the discourse and the argumentation in interaction exert a communicative purpose, modified in the text to convince the interlocutor of the truth of the enunciative content.

Keywords: Language. Discourse. Argumentation. Modification.

SÚMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	11
CONCEPÇÃO DE LÍNGUA E DE GÊNERO DO DISCURSO.....	11
1.1 Conceção sócio-interacionista da língua	11
1.2 O estudo do gênero discursivo numa perspectiva dialógica	15
CAPÍTULO II	21
ARGUMENTAÇÃO E MODALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA TEÓRICO-DISCURSIVA	21
2.1 A argumentação como abordagem da retórica	21
2.2 A argumentação nos moldes da linguística	24
2.3 A argumentação na perspectiva sociodiscursiva	27
2.4 A modalização como recurso da argumentação	30
CAPÍTULO III	34
IDENTIFICAÇÃO DOS MODALIZADORES E SUA ANÁLISE NO ARTIGO DE OPINIÃO	34
3.1 Caracterização dos modalizadores	34
3.2 Utilização dos modalizadores no artigo de opinião.....	38
3.2.1 Modalizadores Epistêmicos	39
3.2.2 Modalizadores Deotônicos	43
3.2.3 Modalizadores Avaliativos	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXO 01: Termo de consentimento da pesquisa na escola	52
ANEXO 02: Textos dos estudantes	53

INTRODUÇÃO

A investigação sobre os modalizadores leva em consideração a ação de enunciar. Segundo Neves (2006), pressupõe a realização de modalizar, porque o falante nativo fala e produz enunciados para diversas situações discursivas. Isto só é possível pelo uso da língua em sua funcionalidade e pela interação entre o locutor e o interlocutor. Os modalizadores são marcas do sujeito da enunciação em seu discurso, elementos que revestem o enunciado de significados, estabelecendo, assim, uma relação lógica, explicitando seu sentido na enunciação e exerce a função de convencer o interlocutor do conteúdo veiculado. Em princípio, Nascimento; Silva (2014) tratam a modalização como uma ocorrência linguística nos enunciados.

O desenvolvimento e a proposta dessa investigação científico-analítica, bem como, a análise dos modalizadores, têm como objetivo estudar a marca dos modalizadores como estratégia argumentativa, assim como, identificar sua recorrência e perceber seu efeito de sentido nos enunciados do gênero artigo de opinião. A partir dessa análise, é possível compreender as ocorrências frequentes dos tipos de modalizadores, assim como inferir seu efeito de sentido no enunciado, analisando-os como estratégia argumentativa no discurso entre o locutor e o interlocutor.

Esta pesquisa foi desenvolvida com 4 (quatro) turmas, do 2º ano, da Escola de Referência em Ensino Médio Frei Orlando, na cidade de Itambé, do estado de Pernambuco. Como professor substituto, por ocasião da licença maternidade da professora titular, foram dadas cinco aulas sobre: conceito de argumentação no gênero artigo de opinião, estrutura e características do artigo de opinião e o estudo dos elementos de coerência e coesão, a fim de que os estudantes da série citada produzissem suas redações. A aplicação da análise consistiu na leitura de 30 (trinta) textos e, a identificação dos modalizadores ocorreu em 12 (doze) produções textuais, pertencentes ao gênero artigo de opinião, produzidas como pré-requisito avaliativo, bem como, em preparação ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). É importante esclarecer que os trechos citados estão identificados em forma de tabelas, enumeradas de 01 (um) a 12 (doze), indicando sua fonte e seus modalizadores, divididos em suas classificações e subdivisões. Em fim, as redações foram produzidas a partir de orientações e metodologias que facilitassem a compreensão do gênero citado.

Nosso trabalho tem como referencial teórico, os estudos sobre a modalização de Castilho e Castilho (1993), a enunciação de Cervoni (1989), os modalizadores nos gêneros

textuais de Barros e Koch (1997), a argumentação de Koch (2011), o estudo dos modalizadores realizado por Neves (2006) e o uso de modalização de Nascimento e Silva (2014). Tomaremos ainda como referencial teórico os estudos de Bakhtin (2000) e de Marcuschi (2008) sobre os gêneros discursivos.

Para isto, esse trabalho está estruturado em três capítulos. Inicialmente, teremos um capítulo que se volta para as noções de língua e de gênero discursivo. A perspectiva adotada é a que considera a língua como atividade, como ação social, utilizada para a interação entre os sujeitos. No segundo capítulo, será contemplada a função da argumentação e da modalização no gênero discursivo. Serão vistos a argumentação e a modalização conceitual, bem como suas finalidades comunicativas. Finalmente, no terceiro capítulo, apresentaremos a análise do *corpus* da nossa pesquisa. Essa análise consistirá na identificação, classificação, o efeito de sentido dos modalizadores como elementos constituintes da estrutura argumentativa dos textos.

CAPÍTULO I

CONCEPÇÃO DE LÍNGUA E DE GÊNERO DO DISCURSO

1.1 Concepção sócio-interacionista da língua

O estudo em questão é demarcado pela reflexão a respeito da concepção de língua, de discurso e de interação. Esses aspectos são apresentados pela relação entre o sujeito falante e sua realidade discursiva. Há, sem dúvida, uma interação entre o sujeito, a linguagem e seu lugar discursivo na produção de enunciados.

Segundo Bakhtin (2006), o signo e a enunciação são de natureza social e, por sua vez, respondem a uma necessidade comunicativa dos homens, marcados pela realidade social do sujeito falante. Segundo esse estudioso:

A unicidade do meio social e a do contexto social imediato são condições absolutamente indispensáveis para que o complexo físico-psíquico-fisiológico que definimos possa ser vinculado à língua, à fala, possa tornar-se um fato de linguagem. (BAKHTIN, 2006, p. 70)

Em outras palavras, o que Bakhtin esclarece é a relação existente entre a língua e o contexto social do falante. Não há como entender a língua sem reconhecer a realidade social de sua produção. Só é possível a efetivação da linguagem como fator imanente ao homem através do contato social dos indivíduos e com seu contexto social. Não há língua sem vivência do homem em sociedade e pelo processo comunicativo que se estabelece entre os indivíduos pela linguagem.

Em consonância com essa definição, Martelotta (2010) afirma que a língua não está definida apenas por um sistema de regras, mas, sobretudo, como habilidade humana de interagir com seus semelhantes como membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística. Nesse sentido, a língua não é um código linguístico que rege o modo pelo qual os falantes devem falar. Ao contrário, trata-se da língua como meio de comunicação e de interação entre os falantes, pelo qual emitem enunciados repletos de significados.

Vejamos o que postula Martelotta (2010, p. 16) a respeito da linguagem:

Entendo linguagem como uma habilidade, os linguistas definem o termo como a capacidade que apenas os seres humanos possuem de se comunicar por meio de línguas. Por sua vez, o termo “língua” é

normalmente definido como um sistema de signos vocais utilizados como meio de comunicação entre os membros de um grupo social ou de uma comunidade linguística. (MARTELOTTA, 2010, p. 16)

Seu conceito ilustra a língua como uma habilidade humana para a comunicação. Só o ser humano tem essa capacidade por meio da língua, e o mesmo, a utiliza para se comunicar. Sua finalidade é a realização do processo de comunicação através da linguagem e dos contextos discursivos dos sujeitos envolvidos. Com isso compreende-se que há sempre uma relação harmônica entre o sujeito falante e o lugar de onde ele fala.

Aprofundando sua definição de língua, Martelotta (2010) apresenta cinco propriedades necessárias para a ampliação e reflexão dos elementos que constituem a capacidade humana de produzir linguagem. O autor, inicialmente, cita a língua como uma técnica articulatória complexa. Nessa característica, ele aponta os elementos sonoros e fonéticos da língua em seu processo formativo. Também cita mais dois aspectos: o neurobiológico e o cognitivo. Compreende-se, segundo esses elementos, que a língua possui uma base de funcionamento mental, isto é, a capacidade humana de armazenar dados e reproduzi-los em sua comunicação verbal.

Ainda há duas características, segundo Martelotta (2010), que muito dizem respeito à língua em seu processo social e interacional. Uma é a base sociocultural, a outra, corresponde à base comunicativa. Ambas estão relacionadas ao modo como interagimos uns com os outros, bem como demarcamos nosso agir comunicativo, instrumentalizados pela linguagem. Além de usarmos em diversas situações, também a utilizamos de diferentes modos de acordo com a relação entre os interlocutores e seu lugar discursivo.

Para isso, é preciso aprofundar esse conhecimento e compreender a língua em sua realidade funcional, bem como os diferentes modos de discurso para finalidades distintas e em situações diversas.

Vejamos o que destaca Bakhtin (2006, p. 43):

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece.

Em outras palavras, Bakhtin esclarece a problemática existente entre a língua e sua estrutura através dos aspectos sociais. Ele também esclarece a relação do signo linguístico

ligado à vivência social dos indivíduos e das suas condições de interação. O autor também fundamentou em sua teoria, a existência do elemento ideológico da língua e do lugar social em que o falante está inserido. No que diz respeito a essa sua definição, vejamos:

É preciso, fundamentalmente, inseri-lo num complexo mais amplo e que o engloba, ou seja: na esfera única da relação social organizada. (...), é preciso situar os sujeitos – emissor e receptor do som –, bem como o próprio som, no meio social. Com efeito, é indispensável que o locutor e o ouvinte pertençam à mesma comunidade linguística, a uma sociedade claramente organizada. E mais, é indispensável que estes dois indivíduos estejam integrados na unicidade da situação social imediata, quer dizer, que tenham uma relação de pessoa para pessoa sobre um terreno bem definido. (BAKHTIN, 2006, p. 69-70)

Essa problemática levantada por Bakhtin trata de orientações a respeito da língua e seu uso, ligada à convivência humana e sua finalidade comunicativa. Se observarmos o uso da língua em suas diversas situações, notaremos o quanto é importante a entendermos em seu aspecto interacionista, e não fora dessa esfera. Para isso, é necessário situar os sujeitos do discurso em seu meio social e entender que eles falam de um lugar de origem.

É possível afirmar, de um modo geral, que é indissociável a unidade existente entre língua, sujeito falante e o aspecto ideológico que os rege. Há uma associação entre esses termos, permitindo uma melhor compreensão de língua em seu aspecto enunciativo. Assim, “a língua é a materialidade discursiva, ou seja, o aspecto material de um discurso (o que produz o risco de conceber o sentido como não sendo material).” (POSSENTI, 2001, p. 362) Compreende-se que a língua é o processo pelo qual os indivíduos se comunicam e interagem, emitindo sentido na fala. Por isso mesmo, não podemos limitar a língua a um código pronto, acabado, fechado em si mesmo e intransponível.

Bakhtin considera a língua em seu caráter discursivo como ocorrência interacionista. Consiste pensar a língua como uma forma usual do falante para expressar ideias, opiniões, persuadir sobre um ponto de vista ou ainda, informar sobre determinado assunto ao interlocutor, atendendo a diversas situações discursivas de acordo com a necessidade do falante independentemente do modo, seja oral ou escrito, além da utilização dos elementos da língua em seu aspecto ideológico na transmissão de informações e ideias.

Sendo um campo da linguística, o interacionismo busca entender a língua como competência linguística pela relação entre o discurso, o sujeito e seu lugar discursivo, ou seja,

o interacionismo entende a língua em seu aspecto funcional numa relação entre os sujeitos, de acordo com sua realidade social.

Para Morato (2011, p. 312):

Um dos desafios que se colocam para os que procuram compreender os alcances e os limites do interacionismo e seus avatares no campo da Linguística é apreender com profundidade certos postulados dessa perspectiva, entre os quais a ideia de que a relação entre interação e linguagem (ou entre interação e aquisição, interação e comunicação, interação e cognição) não é necessariamente isomórfica.

Isso reforça que o interacionismo é um campo da linguística muito profundo e que se estabelece pela linguagem, além de recorrê-la numa perspectiva de interação e aquisição como forma de comunicação e ao mesmo tempo, instrumentalizada como competência cognitiva. Além disso, não possui uma mesma estrutura. Sempre se transforma e funciona de acordo com a necessidade sociocomunicativa dos sujeitos envolvidos.

Outro aspecto importante é o enunciado como marca do falante, e não apenas da linguagem em si, pois o enunciado considera a existência de falantes anterior a qualquer estrutura pré-estabelecida pela língua e linguagem e ainda que esses falantes existam em função das ações. Seu sentido consiste na concepção de que há um sujeito que produz enunciado e que ele é reconhecido em seus vários níveis de produção da linguagem e de seus sentidos.

Para Bakhtin (2006), o enunciado é elemento fundamental para a compreensão de qualquer ato comunicativo. Ele afirma que é pelo discurso e pela intenção que explicamos e expressamos o sentido do que emitimos pelo ato de comunicação. Essa relação de significado e sentido ocorre pela capacidade dos sujeitos de expressar seus pensamentos pelo discurso. Dizemos muito mais pela nossa capacidade de enunciar, através da interação entre o sujeito falante, a língua e o seu lugar social.

Na perspectiva bakhtiniana, a língua e a fala se estabelecem diacronicamente e são ocorrências distintas, assim como, analisadas sob a ótica da linguagem em seu aspecto discursivo, são revestidas de sentidos e demarcadas socialmente pelos indivíduos com finalidades que lhes são próprias e desenvolvendo o ato comunicativo.

1.2 O estudo do gênero discursivo numa perspectiva dialógica

O estudo do gênero discursivo não é novo e na cultura ocidental foi estudado pelos gregos, particularmente pela filosofia platônica. Posterior a Platão, o filósofo Aristóteles volta-se não só para os gêneros como também para sua definição. De acordo com Nicolau (2004, p. 37): “a noção de gênero, tradicionalmente abordado pela teoria literária e pela retórica, hoje, ressurge sob diferentes óticas em diversas tendências dos estudos linguísticos”. Com isso, notamos que o gênero discursivo sempre fez parte da vida do homem e de sua relação com a sociedade. O homem sempre materializou o discurso em categorias discursivas para ser compreendido e expressar seu pensamento a respeito da origem das coisas.

Em Aristóteles, os gêneros textuais são analisados em seus conceitos filosóficos na Poética e na Retórica. Ele não só estudou o gênero textual como categoria, como também apresentou os elementos que constituíam as características do gênero textual em seu aspecto discursivo. Segundo Nicolau (2004), há um patrimônio cultural, que nos permite refletir e conceber a noção de gênero a partir da análise linguística e pelo advento de novas teorias a seu respeito. Vejamos:

A ênfase dada aos gêneros, na atualidade, por parte da linguística, tem grande importância para os estudos da área, devido à diversidade de textos que circulam no meio social, sobretudo, em tempos atuais em que possamos a ver que a linguagem é adquirida através dos gêneros e que o conhecimento desses é indispensável para a interpretação e produção de textos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e participativos. (NICOLAU, 2004, p. 37)

É com a linguística que o gênero discursivo ganha força e mais espaço no estudo sistemático da academia, em que analisa sua composição, linguagem e finalidade comunicativa como forma de conhecimento. A categoria que demarca o gênero discursivo corresponde ao ato comunicativo. É por ele que nos relacionamos usando a linguagem como instrumento.

Segundo Bakhtin, o gênero discursivo se dá pela língua em uso e por enunciados. O próprio Marcuschi (2008), citando Swales, afirma que o gênero é uma categoria discursiva que ocorre pela fala ou pela escrita, com ou sem inspiração literária, ou seja, é uma ocorrência imanente ao homem no processo da produção da linguagem.

Ele ainda ressalta que o gênero discursivo compõe o discurso a partir de três elementos básicos: o sujeito falante, aquilo sobre o que se fala e para quem ele fala. Essas categorias são componentes da produção textual, assim como de sua compreensão e interpretação textual.

Todo gênero discursivo é produzido para uma realidade comunicativa e organizado socialmente. Especificamente orientado para a interpretação, possibilitando ao leitor aprofundar seus conhecimentos, além de fazer dele um cidadão mais crítico e participativo na sociedade.

Isto está tornando o estudo de gêneros textuais um empreendimento cada vez mais multidisciplinar. Assim, a análise de gêneros engloba uma análise do texto e do discurso e uma descrição da língua e visão da sociedade, e ainda tenta responder a questões de natureza sociocultural no uso da língua de maneira geral. O trato dos gêneros diz respeito ao trato da língua em seu cotidiano nas mais diversas formas. (MARCUSCHI, 2008, p. 149)

Essa sua compreensão corresponde à reflexão dos gêneros em suas diversas possibilidades de estudo, bem como sua presença em diversas áreas de conhecimento. Outro ponto importante é a presença do gênero discursivo na vida dos indivíduos e de sua relação com a sociedade. Seu estudo e uso no cotidiano refletem sobre a língua em seu aspecto funcional materializada nos gêneros em suas diversas formas e necessidades comunicativas.

Segundo Bakhtin (1997, p. 261):

Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua.

As palavras de Bakhtin reforçam a ideia de que não há produção do discurso sem estar ligado ao uso da linguagem. E o homem a produz em suas diversas atividades de sua vida, sem ferir sua unidade como língua nacional. Ainda nessa ótica, Bakhtin (1997) comenta que é pela utilização que poderemos efetivar o discurso e que ela ocorre em forma de enunciado de acordo com a atividade humana. Esses enunciados demonstram o contato dos indivíduos com a linguagem e também com sua estrutura composicional.

O estudo do gênero discursivo como elemento enunciativo, segundo Bakhtin, ocorre pela natureza verbal do enunciado, além de seus princípios constitutivos, ou seja, pela relação entre os interlocutores, o enunciado e o aspecto ideológico da enunciação. Para Bakhtin (1997, p. 280):

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que

vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

Com vemos na citação supracitada, a riqueza e a variedade dos gêneros discursivos são infinitas, pois o agir humano é uma fonte ilimitada e inesgotável de saber. E tratando-se do processo comunicativo, o homem utiliza a linguagem em suas diversas formas e em situações comunicativas distintas, o qual o mesmo a desenvolve e amplia seu repertório linguístico.

Ainda em relação aos gêneros, os discursos perpassam os diversos aspectos do texto e sua funcionalidade. Eles são produzidos para diversas situações comunicativas e para diversas finalidades, ou seja, os gêneros textuais atendem ao interesse humano para se comunicar, a fim de ser compreendido e aceito socialmente. Isto ocorre naturalmente de acordo com a realidade em que o indivíduo está inserido.

Segundo Brandão (2008, citada por Nicolau, 2004), a produção da linguagem é um episódio da concretização do texto, ou seja, é pela linguagem que acontece a produção do texto. Assim, não se produz gênero discursivo sem que a linguagem seja sua finalidade primeira. O ser humano sente a necessidade de se comunicar e, ao mesmo tempo, de expressar algo. O discurso, por sua vez, é uma atividade gerada pelo anseio do homem de expressar ideias, externar seus sentimentos, de persuadir o outro de suas crenças, valores e opiniões, cujo fim é manter o contato com seu semelhante pela linguagem. Vejamos a informação do autor:

Ao usar a linguagem, os falantes apropriam-se de gêneros de discursos adequados à situação de comunicação. Em cada esfera de atividade social, eles utilizam a língua de acordo com gêneros de discurso específicos que são sensíveis aos gêneros do discurso; desde o início das atividades de linguagem, sabem como se comportar e como usar o gênero de discurso adequado a cada esfera de atividade. (BRANDÃO, 2008, p. 32-33)

Em outras palavras, o indivíduo não utiliza a linguagem sem uma finalidade comunicativa. Ele a manuseia para uma situação socialmente comunicativa e com uma intencionalidade específica. A produção do discurso é ato pensante, situacional e intencional para as diversas atividades sociais e produzido de acordo com a situação comunicativa dos indivíduos.

Ainda nessa relação, linguagem e discurso se materializam, conforme Marcuschi (2008), pela produção do gênero. É por ele que a língua é efetivada e nos permite

compreender sua finalidade, funcionalidade, conteúdo veiculado, sua composição e os recursos linguísticos utilizados que determinam a que categoria ele pertence.

Para isso, Bakhtin defende o gênero discursivo em seu aspecto linguístico de forma geral, estabelecendo uma relação entre língua, natureza do enunciado e vínculo com a vida em sociedade. O próprio autor defende que:

Ignorar a natureza do enunciado e as particularidades de gênero que assinalam a variedade do discurso em qualquer área do estudo linguístico leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida. A língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua. (BAKHTIN, 1997, 283)

Conforme Bakhtin (1997), não se pode ignorar o caráter enunciativo do gênero discursivo e nem seu o aspecto ideológico. No estudo da linguagem, devemos reconhecer a língua vinculada à vida dos homens em sociedade. Para o autor, a linguagem é ocorrência enunciativa e discursiva. Ela ocorre pela necessidade de os homens emitirem enunciados concretos por meio da língua, transpondo sua estrutura formalista e imprimindo discursos repletos de sentidos por meio da interação verbal entre os sujeitos envolvidos.

É no conceito de enunciado como unidade da comunicação verbal, que Bakhtin melhor estabelece a definição de gênero discursivo em seu aspecto dialógico. Segundo esse estudioso, “a fala só existe, na realidade, na forma concreta dos enunciados de um indivíduo: do sujeito de um discurso-fala. O discurso se molda sempre à forma do enunciado que pertence a um sujeito falante e não pode existir fora dessa forma”. (BAKHTIN, 1997, p. 294)

Portanto, não se pode entender o discurso fora da dimensão humana como sujeito de um discurso. É o discurso que molda sempre o enunciado de várias formas e situações discursivas.

Essa experiência verbal, para Bakhtin (1997, p. 296):

Só é possível entre enunciados provenientes de diferentes sujeitos falantes. Pressupõe o outro (em relação ao locutor) membro da comunicação verbal. Esta relação entre enunciados completos não se presta a uma gramaticalização porque, como já dissemos, ela não existe entre as unidades da língua - não só no interior do sistema da língua, mas também no interior do enunciado.

O autor trata nessa questão da existência dos diferentes sujeitos falantes e também da relação entre os sujeitos como membro da comunicação verbal. Para ele, os enunciados não consistem apenas em estruturas gramaticais. A língua existe porque existe uma necessidade comunicativa, ou seja, o homem utiliza a língua como forma de interagir com seu semelhante, emitindo enunciados. É pela língua que se constitui a construção do enunciado em seu processo dialógico e nela manifestamos nossas ideias, utilizando estratégias argumentativas em nossos enunciados.

E por isso que a experiência verbal individual do homem toma forma e evolui sob o efeito da interação contínua e permanente com os enunciados individuais do outro. É uma experiência que se pode, em certa medida, definir como um processo de *assimilação*, mais ou menos criativo, das *palavras do outro* (e não *das palavras da língua*). Nossa fala, isto é, nossos enunciados (que incluem as obras literárias), estão repletos de palavras *dos outros*, caracterizadas, em graus variáveis, pela alteridade ou pela assimilação, caracterizadas, também em graus variáveis, por um emprego consciente e decalcado. (BAKHTIN, 1997, 314-315)

Essa realidade dialógica do homem de se expressar são ocorrências constantes e, ao longo de sua formação humana vai sofrendo transformações. Para o autor, essa experiência verbal e individual acontece pela realização do enunciado, isto é, da interação verbal do sujeito que assimila realidades discursivas e pelo que ele reproduz de acordo com sua realidade socialmente discursiva. E ainda só é possível porque a língua é viva e se dá em graus variáveis e pelo emprego consciente ou inconsciente de suas variantes.

Ainda para ele, o discurso é ocorrência de enunciados pelo uso da língua em seu processo dinâmico e reproduzida em diversas situações comunicativas como forma de interação verbal. Para isso, Bakhtin apresenta três ordens metodológicas da língua como forma concreta de comunicação verbal:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza. 2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal. 3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual. (BAKHTIN, 2006, p. 127)

Essas orientações bakhtinianas desdobram premissas sobre o gênero discursivo como interação verbal e de sua relação com as condições concretas da língua. Além disso, o autor

aponta para as diversas formas de enunciados e sua relação com os aspectos linguísticos e discursivos do uso da fala em suas diversas situações comunicativas, bem como dos aspectos ideológicos em que o gênero é materializado para situações específicas na vida humana. Em outras palavras, Bakhtin aponta para a relação entre a língua e seus aspectos linguísticos, discursivos e ideológicos.

É nesse sentido, que a argumentação e modalização ocorrem no texto. Como elementos linguísticos, essas categorias trataram de apresentar conceitos sobre o discurso em seu aspecto sócio-interacionista, entendendo a argumentação e a modalização na perspectiva teórico-discursiva. É assim, que o segundo capítulo, a seguir, procurará contemplar fundamentos da argumentação e da modalização fundamentos em seu caráter enunciativo.

CAPÍTULO II

ARGUMENTAÇÃO E MODALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA TEÓRICO-DISCURSIVA

2.1 A argumentação como abordagem da retórica

O estudo da argumentação não é novo. Desde a antiguidade, o homem já a estudava como a arte do discurso na retórica. No mundo ocidental, a Filosofia Grega contribuiu significativamente para essa temática. É na Filosofia que encontraremos os estudos sistemáticos a seu respeito. Foram os Sofistas, Platão em seus diálogos socráticos e Aristóteles que primeiro falaram da argumentação como uma estratégia da retórica e uma forma de transmitir a verdade do conhecimento.

Conforme Ribeiro (2003, p. 23):

A argumentação, enquanto ato persuasivo, vem sendo estudada pelo homem desde a Antiguidade, inicialmente pela Filosofia (Retórica Clássica) e até os dias atuais por várias áreas do conhecimento, sobretudo pela Linguística, que dedica um espaço considerável às pesquisas voltadas para os mais diversos aspectos dessa temática.

A sistematização da argumentação é utilizada pelos homens gregos na Filosofia. Como área do conhecimento é vista na retórica clássica, enquanto na contemporaneidade, a argumentação é objeto de estudo da Linguística em relação à língua em seus aspectos cognitivos, interacionistas e enunciativos como ciência da linguagem. Atribui-se à argumentação um valor significativo na construção do discurso com a finalidade de transmitir uma informação, desenvolvida pela ação comunicativa dos homens.

Segundo Ribeiro (2003), os primeiros estudos sobre argumentação encontram-se ligados à retórica como prática técnica e eloquente dos filósofos gregos em seus discursos. Os Sofistas utilizaram a retórica como forma de persuadir os cidadãos da *polis*, vendendo seu ensino, inclusive criticados por Sócrates nos diálogos platônicos por vender e enganar os jovens, falseando a verdade. Sócrates, por sua vez, transmitia o conhecimento aos jovens em praça pública, provocando-os à reflexão sobre a verdade.

Como diz Ribeiro (2003, p. 66), a argumentação “estava subordinada à verdade, cuja noção se regia pelos princípios básicos de correspondência ao real”. A proposta discursiva socrática esteve sempre presa à verdade, baseada em argumentos que tratassem da realidade, a

fim de libertar o homem da ignorância. Ainda nesse contexto, com Aristóteles, a retórica ganha outro contorno. Ele a apresenta a partir dos conceitos da dimensão dialética, baseada na lei da lógica como forma de levar o homem ao conhecimento da verdade. É nessa dimensão que começa o aparecimento da relação entre orador e auditório. Essa primeira concepção sistemática vai ser bastante significativa para as noções que surgirão com as contribuições da Linguística.

Segundo Ribeiro (2009, p. 24):

Com Aristóteles, tem início o estudo sistemático da estrutura do pensamento racional, capaz de produzir provas argumentativas, mas é importante destacar que ele se limitava a analisar os meios de prova demonstrativos. Nessa perspectiva filosófica, a argumentação só tem validade quando consegue a aceitação universal, ou seja, a adesão do auditório.

As palavras de Ribeiro em relação à concepção aristotélica da retórica apontam para a importância do pensamento de Aristóteles, produzindo uma tese a respeito da argumentação, demarcado apenas por elementos demonstrativos. Para Aristóteles, a argumentação deve ser aceita universalmente, também chamada de adesão do auditório, ou seja, uma argumentação destinada a um público e convincente. Os ouvintes de sua época consideravam o discurso convincente e aceitável, quando eram utilizadas as proposições da formação do discurso, isto é, quando se utilizava o silogismo aristotélico.

Nesse sentido, a fala do orador é entendida como uma maneira de atividade e deve estar estruturada para convencer seu ouvinte de seus argumentos e provocar a mudança de mentalidade. A argumentação é uma ação modal do dizer, a fim de convencer o outro sobre o que é dito, ou seja, na capacidade de persuadir sobre a verdade do argumento.

Ribeiro (2009, p. 24) afirma que:

Do ponto de vista teórico, o surgimento da Retórica trouxe grandes contribuições para a Linguística, pois representa um marco na tradição ocidental no que se refere à reflexão sobre a linguagem, embora a língua fosse entendida como um instrumento de representação e, portanto, exterior aos processos argumentativos (TODOROV, 1998 *apud* FARIA, 2004)

A citação mencionada trata do reconhecimento da retórica bem como de sua contribuição para o estudo da Linguística. É de fato um referencial para a cultura ocidental, particularmente a respeito da reflexão sobre a linguagem e sua construção de sentidos, ainda

que a língua fosse compreendida apenas como instrumento de representação e externa aos processos argumentativos.

Os primeiros estudos contemporâneos a respeito da argumentação surgem com Perelman e Tyteca (1996, citado por Ribeiro 2009). Esses autores apresentam seus conceitos a respeito da argumentação baseados nos paradigmas linguísticos da argumentação, criticando a Retórica Clássica ou Aristotélica, que apenas teve a preocupação de analisar o argumento a partir da lei lógica do silogismo. Segundo esses autores, Aristóteles concentrou seu estudo em apenas condicionar as estruturas da argumentação às leis da lógica. A seu respeito, Ribeiro (2009) cita o silogismo clássico das premissas maiores (verdade universal), articuladas com as premissas menores (verdade particular) e uma conclusão, restritas à lógica.

Para esses teóricos, Aristóteles apenas preocupou-se com o raciocínio lógico do argumento, enquanto eles consideram os aspectos da persuasão. Segundo Ribeiro (2009, p.26), eles definem “a argumentação como um ato persuasivo com o objetivo de provocar ou aumentar a adesão dos interlocutores às teses apresentadas”. Assim, a argumentação não consiste apenas na estrutura das leis lógicas, mas na capacidade do argumento ser convincente ao interlocutor, ao ponto de ser aceitável e influenciá-lo para a ação discursiva.

Ao se opor a Aristóteles, Perelman e Tyteca (1996) buscaram ir além do que a filosofia grega havia dito sobre argumentação. Conforme Ribeiro (2009), o resultado da argumentação está ligado à intensidade de adesão, possibilitando ao ouvinte a predisposição à ação, isto é, ao propósito comunicativo do argumento que gera no interlocutor um efeito de mudança de mentalidade e comportamento.

Ribeiro (2009, p. 26-27) considera que, “para esses estudiosos, a argumentação se realiza em dois sentidos distintos: argumentação persuasiva e argumentação convincente. A primeira é válida para um auditório particular, e a segunda está relacionada a um auditório universal”. Essas duas vertentes são distintas e ao mesmo tempo se relacionam entre si; apesar de tratar-se de propostas enunciativas diferentes. A primeira trata do convencimento do argumento como verdade, e a segunda, consiste na validade do argumento.

Em relação a essa distinção, eles dizem que:

Propomo-nos chamar de persuasiva a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamar convincente àquele que deveria obter a adesão de todo ser racional [...]. É, portanto, a natureza do auditório aos quais alguns argumentos podem ser submetidos com sucesso que determina em ampla medida tanto o aspecto que assumirão as argumentações quanto o caráter, o alcance que lhes serão

atribuídos. (PERELMAN; TYTECA, 1996, p. 31-33, *apud* RIBEIRO, 2009, p. 27)

Com esse seu conceito de argumentação, Perelam e Tyteca (1996) reconhecem a noção de argumentação baseada na noção de auditório da antiga Retórica, como também reconhece a argumentação numa relação entre os interlocutores. Suas contribuições a respeito do assunto vão pensar a argumentação não apenas na perspectiva do silogismo lógico de Aristóteles, como também na concepção de argumento na perspectiva da interação social entre os interlocutores, tendo sua origem no processo discursivo.

2.2 A argumentação nos moldes da linguística

Contrária à lógica formal a respeito da argumentação, que tinha como objeto de estudo a verdade ou a falsidade das proposições, a concepção linguística aborda a hipótese sintática, semântica e pragmática da argumentação. A abordagem, de acordo com Ribeiro (2009), que ganha grande repercussão nesse estudo é a semântica argumentativa. Seu principal teórico e representante é o linguístico francês, Oswald Ducrot. “Este teórico da enunciação define a argumentação como um ato linguístico fundamental, um elemento estruturante do discurso”. (RIBEIRO, 2009, p. 79). Ele trata da argumentação sob o prisma da enunciação como parte integrante do discurso dentro da língua. É com Ducrot que a argumentação vai ser analisada numa perspectiva argumentativa enunciativa.

Outro teórico importante a respeito da argumentação é Jean Claude Anscombre. Contemporâneo de Ducrot, ambos apresentam os aspectos linguísticos da argumentação. Eles se encarregaram de não traduzir a argumentação à luz da lógica aristotélica; ao contrário, estudaram a argumentação à luz da enunciação. Sua teoria a respeito da argumentação diz respeito à maneira como são construídos os enunciados para a finalidade de convencer, isto é, a validade dos argumentos para os interlocutores e sua finalidade persuasiva. Para eles, a argumentação ocorre como instrumento de comunicação e interação social. A argumentação é parte do pensar humano em seu cotidiano, manifestando o modo como é construído o raciocínio.

A argumentação pode estar diretamente determinada pela frase, e não simplesmente pelo fato que o enunciado da frase veicula. Neste caso, dir-se-á que a argumentação está “na língua”, “nas frases”, que as próprias frases são argumentativas. (DUCROT, 1989, p. 18, *apud*, RIBEIRO, 2009, p. 29)

Esta concepção de Ducrot estuda a argumentação como caráter enunciativo disponível à concepção linguística da língua como veículo de sentidos, contrária à lógica formal aristotélica. Para ele, a argumentação é ocorrência da linguagem produzida pela língua. Ela, por sua vez, acontece pela interação social do homem pela linguagem, sendo, portanto, objeto da linguística.

Koch (2011, p. 17) diz que:

[...] a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízo de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o conhecimento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o ato de argumentar, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental [...].

Koch se refere à argumentatividade em relação ao aspecto linguístico fundamentado na teoria na linguagem. Ela entende que sua realização se dá pela interação social do homem e se instrumentalizada pela língua. É pela língua que o homem, criando a linguagem, se comunica e utiliza de estratégias discursivas para a aceitação do seu discurso. É por meio dela que ele é capaz de produzir sentidos a seus discursos, pois o ato de argumentar consiste na capacidade humana de influenciar o outro a partir do discurso.

A autora se posiciona a respeito da argumentatividade como elemento da linguagem inerente ao homem, ou seja, ele sente a necessidade de se comunicar e apresentar seus argumentos como forma legítima de se manter ou ser aceito socialmente na convivência humana, além de demonstrar a estrutura racional do argumento. Para Koch (2011), isso ocorre pelo ato de argumentar. E sua construção é dotada de uma ideologia, pois, para ela, a neutralidade discursiva é apenas um mito.

Tratando-se ainda do aspecto linguístico da argumentação, a autora salienta que:

[...] a argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-los em textos: a progressão do discurso se faz, exatamente, através das articulações da argumentação [...] a argumentação, ao articular entre si os enunciados, por meio dos operadores argumentativos, estruturando, assim, o discurso enquanto texto, apresenta-se como principal fator, não só de coerência, mas também de progressão, condições básicas da existência de todo e qualquer discurso. (KOCH, 2000, p. 159, apud, RIBEIRO, 2009, p. 30-31)

Essas suas palavras se relacionam às palavras de Ducrot a respeito da teoria da argumentatividade como ação do discurso. É a argumentação responsável por tal atividade humana, na produção oral ou escrita da linguagem, que se manifesta interligada entre os enunciados ou parágrafos. Para isso, os falantes se utilizam de elementos operadores da argumentação, os quais estabelecem a organização do discurso.

Como afirma a própria autora, não se utiliza apenas o fator da coerência e sua relação lógica. Há também a progressão, isto é, o desenvolvimento do argumento para atender a necessidade discursiva dos indivíduos. A relação e desenvolvimento do argumento é parte essencial para a efetivação da argumentação. Ambas são condições básicas e essenciais para a produção do discurso. Somente dessa forma, a argumentação é legítima, consistente e convincente, mas não irrefutável.

A perspectiva dessa abordagem de Ducrot entende a argumentação como ocorrência do uso da língua. Como ressalta Ribeiro (2009), essa perspectiva considera a argumentação como uma ação organizada do discurso. Não é constituída ingenuamente. Ao contrário, é estruturada linguisticamente e organizada para uma finalidade comunicativa entre os interlocutores.

Ao admitirmos a existência desses mecanismos, somos levados a acreditar também que eles são acionados por relações argumentativas que se estabelecem entre os interlocutores. Quando incitados a apresentarmos razões para explicar ou justificar nossos enunciados, acionamos, naturalmente, estes mecanismos através dos processos de interação social. Desse modo, nossos enunciados são dotados de intenções e buscam na própria língua recursos que possam concretizá-los, ou seja, levar o interlocutor às conclusões esperadas. (RIBEIRO, 2009, p. 31)

Desse modo compreende-se que não se pode negar a existência de mecanismos estruturais dos argumentos na interação dos interlocutores. Naturalmente, esses são levados a acionar mecanismos argumentativos na construção dos enunciados. Pois encontramos várias razões para realizar a linguagem, utilizando-a para manter o contato com as pessoas através de defesa de ponto de vista, explicações sobre determinados assuntos ou relatos de situações vividas, questionamentos sobre os acontecimentos diários. Enfim, produzimos enunciados para várias finalidades e para isso a língua é o meio pelo qual realizamos essas ações.

As operações que realizamos com a linguagem se dão pelo discurso como atividade de interação social. E a argumentação é, sem dúvida, uma atividade linguística, mas, sobretudo, uma prática social dos homens para se comunicarem. É no gênero discursivo que se encontra

a materialidade do texto e sua finalidade comunicativa realizada no contexto das atividades sociais dos seres humanos.

E como assinala Ribeiro (2009), somente pela linguagem se constitui a argumentação em suas mais variadas circunstâncias e construções. É por ela que é possível identificar a estrutura argumentativa do enunciado em seus diversos objetivos. Nessa sua concepção, a argumentatividade é intrínseca à língua e por ela produzimos nossos argumentos como prática social.

Assim, compreende-se que a argumentação se constitui pelo enunciado nas relações interpessoais. Para Koch (2011), seu sentido se manifesta pelas relações interpessoais no momento da enunciação, pelo jogo entre o locutor e o locutário, que a utilizam através de um propósito comunicativo. Para ela, a modalização é um dos recursos utilizados para a argumentação. Dotado de intencionidade, o ser humano utiliza os modalizadores como estratégia discursiva de convencimento.

2.3 A argumentação na perspectiva sociodiscursiva

A abordagem da argumentação, em seu aspecto sociodiscursivo, consiste em questões interacionistas da língua. Ela funciona de acordo com a necessidade de uso e com o contexto discursivo dos falantes. Não há como falar de língua sem reconhecer o sujeito falante, seu lugar social e seu propósito comunicativo como ocorrência da interação verbal entre os sujeitos discursivos.

Como afirma Ribeiro (2009, p. 35), a proposta é apresentar “uma discussão mais particularizada acerca de questões que estão intrinsecamente ligadas à língua, já que a produção de argumentos no cotidiano depende dos usos que fazemos da linguagem”. Os princípios regentes dessa concepção é a língua em uso. A argumentatividade é fundamentada pela necessidade do uso da língua e de sua interação entre os falantes. Os princípios norteadores da questão sociodiscursiva da argumentação têm como referência a teoria interacionista. Não há como estudar linguagem sem partir do princípio da relação entre os falantes e sua realidade discursiva.

Na mesma página, Ribeiro (2009, p. 35) ressalta que:

Os estudos bakhtinianos, especialmente aqueles que envolvem a teoria da enunciação, vieram contribuir para uma nova concepção de linguagem que, ao contrário do estruturalismo, defende a interação verbal como elemento fundamental da língua.

Essa concepção encontra sua fundamentação no conceito de enunciação e interação da linguagem em seu aspecto sociointeracionista defendido por Bakhtin. Contrário ao estruturalismo, que defende a organização da língua em seus signos, ele defendeu a língua em seu uso na interação social dos falantes.

Segundo esse estudioso, o discurso só acontece de forma aceitável e satisfatória se considerar as circunstâncias em que foi realizado, ou seja, em que situação ele foi produzido. Por isso, é preciso reconhecer e validar as implicações do aspecto situacional do discurso. A argumentação, segundo Ribeiro (2009), se materializa na linguagem. É pela enunciação que melhor compreendemos a língua e, principalmente, a argumentatividade em seu aspecto sociointeracionista.

Ribeiro (2009, p. 36) assinala que: “A enunciação só se torna possível a partir de um contexto sócio-histórico que determinará as condições de produção do enunciado e o tipo de interação que se estabelece entre os interlocutores”. Mais uma vez, vemos que todo discurso ou enunciado é produzido a partir da realidade dos sujeitos envolvidos. Para isso, temos o estudo bakhtiniano sobre enunciação que contribui bastante para essa concepção de linguagem e, conseqüentemente, sobre a argumentatividade do enunciado.

Para Bakhtin (2006), a língua é ocorrência social. Sendo ocorrência social, somos nós que a determinamos enquanto fala e escrita pela interação dos sujeitos envolvidos. De acordo com esse autor:

a enunciação enquanto tal é um produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística. (BAKHTIN, 2006, 124).

Nessa perspectiva, a língua é considerada em seu aspecto social, ideológico, interacionista, determinada pelo sujeito e por seu lugar discursivo. A argumentatividade consiste na prática linguística e social da linguagem pela ação humana de se comunicar e interagir com as pessoas. É nesse sentido que se constitui a língua como uma realização de construção de sentido coletiva.

Para Koch (2000), *apud* Ribeiro (2009, p. 37):

A argumentação se materializa, então, nas diversas práticas sociais, nas múltiplas situações de comunicação em que somos levados a argumentar, sejam elas formais ou informais. É através dessas práticas sociais que construímos, reconstruímos e interagimos com os argumentos dos outros. Essa interação social é marcada

fundamentalmente pela argumentatividade, pois todo discurso representa uma ação verbal dotada de intensidade, tentando influir o comportamento de suas opiniões.

Segundo Ribeiro (2009), toda argumentação acontece nas diversas situações sociais dos interlocutores. Porém, não apenas em situações do nosso cotidiano, como também em nossas práticas sociais. É através dela que nos comunicamos, construímos, reconstruímos os argumentos destinados aos ouvintes. Essa relação dos interlocutores do discurso acontece pela argumentação, revestida de uma intensidade e intencionalidade que busca influenciar o comportamento do outro em relação às opiniões proferidas.

Ainda em relação a essa dimensão, Ribeiro (2009) observa a importância dos operadores argumentativos. São eles que contribuem para a relação de interação entre os interlocutores, além da situação enunciativa, que marca a presença do outro com o que se deseja argumentar e expressar suas opiniões, duvidar do dito, negar as afirmações, reformular ideias.

É nisto que se fundamenta o diálogo argumentativo. Este gênero, que estamos considerando como uma variação do diálogo, é fomentado pela atividade linguístico-discursiva que envolve os interlocutores, e sua importância incide sobre a capacidade de gerar conflitos, fazendo com que esses interlocutores busquem novos argumentos para defender suas ideias. (RIBEIRO, 2009, p. 43)

Essa visão demonstra a importância da argumentação em seu aspecto sociodiscursivo. Ela acontece pelo intercâmbio dos falantes, estimulando haver uma relação participativa dos falantes. O homem é dotado de habilidades capaz de gerar conflitos, mas, sobretudo, refazer seus pensamentos e seus propósitos comunicativos. Nesse sentido, Bakhtin (2006) diz que as pessoas envolvidas defendem seus pontos de vista. E tudo isso é resultado da interação entre os sujeitos participantes do discurso.

É necessário reconhecer a diversidade discursiva, além de perceber que existe uma relação de interação social entre os interlocutores. Entende-se, pois, que a argumentação é uma estratégia do discurso estruturada e estabelecida pela ocorrência da interação social e da finalidade comunicativa dos interlocutores. Essas estratégias discursivas acontecem pelo emprego de diferentes modalizadores. A presença dos modalizadores no argumento não só demonstra uma competência linguística de quem o produz, como também se compreende que seu uso nos enunciados é uma estratégia argumentativa.

A seguir, veremos a modalização como recurso da organização da argumentação.

2.4 A modalização como recurso da argumentação

O estudo da argumentação é desenvolvido pela linguística demarcado pela modalização. Esse fenômeno linguístico é utilizado como estratégia semântico-discursiva nos gêneros discursivos, marcando a intenção do locutor por meio do que ele enuncia. De acordo com Koch (2011), a modalização é um dos recursos utilizados na argumentação. A autora considera a modalização como uma estratégia na produção de enunciado no texto argumentativo. Segundo ela, responsável pelo encadeamento dos enunciados, a modalização estrutura e determina a orientação discursiva do texto como expressão da subjetividade do enunciador.

De acordo com Coracini (1991, p. 113):

A modalidade é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior e menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere.

Em outras palavras, a modalização é uma estratégia argumentativa em que o locutor a utiliza para expressar, de forma subjetiva, seu pensamento a partir de sua realidade sociodiscursiva.

Para Nascimento e Silva (2014, p. 110):

A teoria da modalização se apresenta como uma teoria que explica como um locutor deixa registrado, no seu discurso, marcas de sua subjetividade através de determinados elementos linguístico-discursivos e, portanto, imprime um modo como esse discurso deve ser lido. Dessa forma, age em função da interlocução. Em outras palavras, a modalização consiste em uma das estratégias semântico-discursivas que se materializam linguisticamente se constitui em um ato de fala particular.

A sistematização dessa ferramenta da linguística no discurso não só marca a subjetividade do locutor, bem como a determina por meio de dados linguístico-discursivos. Também é possível entender como é estruturada e estabelecida no texto, definido o modo como deve ser lida e interpretada pelos interlocutores. Sendo, pois, uma estratégia semântico-discursiva da argumentação, a modalização surge no texto como forma materializada do ato de fala do locutor e se estabelece por meio do discurso numa relação de interação com o interlocutor.

Para Neves (2006), enunciar já é um ato de modalização. O falante naturalmente ajusta sua fala em função de ser compreendida, e expressa, em seu enunciado, a marca do domínio discursivo como tentativa de persuadir o interlocutor a respeito da construção de ideia na fala enunciada. As expressões são modalizadas de acordo com o seu interlocutor e de seu propósito comunicativo.

Ainda nessa perspectiva sobre a modalização, Coracini (1991) apresenta três abordagens. A primeira pertence à hipótese sintática; a segunda, à hipótese semântica e a terceira, à hipótese pragmática. Trataremos de conceituar cada uma, brevemente; no entanto, a última será mais esclarecida em virtude da análise que faremos nos artigos de opinião do trabalho dessa pesquisa.

Em relação à hipótese sintática, o estudo da modalização funciona no tratamento dos aspectos da transitividade e intransitividade verbal. Ainda que o enunciado seja marcado pela informalidade do discurso, não anula o propósito de identificar a marca do verbo no enunciado modalizado. Nessa hipótese, se analisa não a função do verbo na estrutura da oração, mas sua descrição modalizada.

Já na hipótese semântica, a modalização se manifesta de forma representativa na linguagem. Seu sentido é materializado pela relação das palavras com as frases. Nessa abordagem, as palavras representam significados, tratadas apenas por seu valor lexical. Acaba apenas ficando restrita à mera significação das palavras, ou seja, ao estudo da língua pela língua. O valor modal das palavras não exerce papel tão relevante como na hipótese pragmática. Embora se preocupe com as proposições modais, essa abordagem apenas verifica a sistematização e a representatividade da linguagem.

No entanto, essa hipótese estabelece uma relação com a hipótese pragmática. Nessa última hipótese, o enunciado é modalizado no ato de fala. É também chamada de performativa, porque trata de estudar e analisar o ato de enunciar pela relação do locutor com o interlocutor, reconhecendo a subjetividade e a modalização no enunciado.

Como destaca Neves (2006, p. 152):

Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso, bem como que deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca. (...) A cada enunciado necessariamente se atribui uma atitude modal.

Em outras palavras, o que Neves está ressaltando a existência da modalização em qualquer enunciado dito pelo locutor. Para ela, a modalização é uma categoria automática do locutor na produção da enunciação. O falante, naturalmente, ao expressar seu pensamento, utiliza a modalização em seu enunciado, pois todo enunciado é caracterizado pela marca da modalização, independente do grau de certeza de sua utilização.

Em Coracini (1991) podemos identificar que há existência de três modalidades na perspectiva da hipótese performativa em termos de atos de fala, apresentado por Récanate (1982), que considera essas três modalidades pela expressão de frases declarativas, interrogativas e imperativas, chamadas de modalidades clássicas. A seguir, vejamos como elas estão estabelecidas:

Quadro 01: Proposta dos modalizadores de Récanati (1982)

I	Assertivas	Aléticas
II	Interrogativas	Epistêmicas
III	Imperativas	Deônticas

Fonte: CORACINI (1991, p. 118).

Essas modalidades clássicas e seus atos de fala se realizam pela proposta de Récanati. Ela apresenta esses modalizadores da seguinte maneira: expressão de possibilidade, de necessidade, probabilidade e atribuição cognitiva. Elas serão exemplificadas a seguir:

I – Modalização alética

Exemplo 1: À noite *pode* cair bastante chuva. (possibilidade alética)

Exemplo 2: *É preciso* chover para molhar a terra. (necessidade alética)

II – Modalização epistêmica

Exemplo 1: Eu *sei* que ele chegou cedo. (probabilidade epistêmica)

Exemplo 2: *Possivelmente* ela vai chegar ainda hoje. (possibilidade epistêmica)

III – Modalização deôntica

Exemplo 1: *É permitido* a entrada de mulheres e homens. (permissão deôntica)

Exemplo 2: Você *deve* cumprir com a atividade da escola primeira. (obrigação deôntica)

Essas são as modalizações clássicas transmitidas pela abordagem pragmática. Elas são tradicionalmente reconhecidas. Segundo Neves (2006), verifica-se em sua organização o mundo do dizer e o mundo do ser. Consiste no estudo da enunciação e do enunciado. Nessa sua visão sobre a modalização, ela a explica em seus modos de expressão e em seus graus. Isso reforça ainda mais que todo enunciado é modalizado para uma situação discursiva do dizer e do que se pretende com o dizer.

Verifica-se, pois, segundo Ribeiro (2003, p. 78):

A modalização como a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação, seu enunciado e seu interlocutor, ou seja, como expressão de atitudes do falante face a seu enunciado, e, principalmente, face ao outro, ou seja, como resultante também da relação que se estabelece entre os interlocutores numa situação concreta de enunciação.

Nessa perspectiva, nota-se que a enunciação preexiste pela interação entre a enunciação, o enunciado e seu interlocutor. Ambos se relacionam entre si, como ocorrência real da enunciação e dos sujeitos envolvidos. Ribeiro (2003) considera que há um grau de envolvimento desses três fatores e da utilização da modalização como estratégia argumentativa do locutor. Ela ainda enfatiza que o locutor procura estabelecer estratégia para seu argumento ser aceito e validá-lo como verdadeiro.

Assim, o recurso da modalização é, essencialmente, uma estratégia argumentativa de persuasão do locutor para estabelecer uma relação discursiva com seu interlocutor, situado em um contexto discursivo socialmente aceitável. Isso só é possível porque as pessoas se comunicam a partir da língua, interagem como forma de socialização pela fala e emitem um efeito semântico-discursivo no enunciado.

No capítulo seguinte, falaremos sobre os modalizadores como estratégia argumentativa do discurso através de sua identificação e análise nos artigos de opinião. O *corpus* utilizado é de natureza quantitativa e qualitativa, visando identificar e analisar o uso dos modalizadores e seus efeitos de sentido. Inicialmente, veremos os modalizadores como caracterização do discurso em classificação e por fim, seu emprego no artigo de opinião.

CAPÍTULO III

IDENTIFICAÇÃO DOS MODALIZADORES E SUA ANÁLISE NO ARTIGO DE OPINIÃO

3.1 Caracterização dos modalizadores

Partindo do conceito de modalização e de modalizadores, visto anteriormente, e da classificação a ser apresentada, buscaremos, neste capítulo, identificar os elementos linguísticos que assumem, na estrutura argumentativa, a função de modalizar o discurso.

Na classificação dos modalizadores, veremos como se manifesta sua ocorrência no gênero artigo de opinião. Esse *corpus* é de análise quantitativa e qualitativa em que foram utilizados procedimentos metodológicos de identificação e ocorrência dos modalizadores, em que foram lidas 30 (trinta) redações e analisados 12 (doze) produções textuais, de 4 (quatro turmas) do 2º ano do Ensino Médio. Os modalizadores identificados serão classificados e analisados de acordo com o efeito de sentido no enunciado.

Para Castilho e Castilho (1993) *apud* Ribeiro (2003, p. 104), há três tipos de modalizadores, que revelam diferentes posicionamentos do locutor no enunciado. Eles são classificados como: modalizadores epistêmicos, deônticos e afetivos ou avaliativos. Analisaremos esses modalizadores no artigo de opinião como recurso de estratégia argumentativa. Os três tipos serão apresentados em sua concepção, nesse primeiro momento e depois, veremos sua aplicação e a análise no gênero discursivo citado.

Segundo Castilho e Castilho (1993) *apud* Lima (2014, p.4):

A Modalização Epistêmica expressa uma avaliação sobre o valor e as condições de verdade da proposição. A Modalização Deôntica indica que o falante considera que o conteúdo da proposição deve ocorrer obrigatoriamente. E a Modalização Afetiva expressa as emoções do falante diante do conteúdo proposicional.

Esses modalizadores expressam seus sentidos no enunciado. O primeiro modalizador é o epistêmico e consiste em inúmeras possibilidades de o locutor expressar uma avaliação sobre a verdade da proposição. Ele é dividido por Castilho e Castilho (1993) em asseverativo, quase-asseverativo e delimitador.

a) Epistêmico asseverativo: é a ocorrência do enunciado, considerando o conteúdo da proposição como verdadeiro pelo sujeito que enuncia.

Exemplo: *É verdade* que o estudante fez a atividade escolar.

b) Epistêmico quase-asseverativo: acontece quando o falante afirma que o conteúdo da proposição está praticamente certo. Ele não assume o valor de verdade da proposição, pois não tem certeza de sua validade.

Exemplo: *É provável* que o estudante tenha feito a atividade escolar.

c) Epistêmico delimitador: ocorre pela estratégia de delimitar o que se deve afirmar no conteúdo da proposição. Nessa possibilidade argumentativa, a proposição não é afirmada por completo pelo locutor.

Exemplo: *Teoricamente*, o estudante fez a atividade escolar.

O segundo modalizador é o deontico. Ele é analisado como aquele que é utilizado para expressar obrigatoriedade e ainda, em alguns casos, como permissão. Cervoni (1988, p. 60) *apud* Nascimento e Silva (2014, p. 133), “apresenta a modalidade deontica em quatro eixos, que são o obrigatório, o proibido, o permitido e o facultativo”. Esses quatro não são verificados de forma diferentes nem em contextos distintos.

Segundo Neves e Cervoni, citados por Nascimento e Silva (2014), a modalização deontica pode ser dividida em deontica de obrigatoriedade, de proibição e de possibilidade. Vejamos cada uma e suas especificidades.

a) Deontica de obrigatoriedade: corresponde ao conteúdo do enunciado em algo que deve acontecer obrigatoriamente e o interlocutor deve obedecer ao conteúdo exposto. O exemplo abaixo ilustra bem.

Exemplo: *É obrigatório* que você obedeça à norma da escola.

b) Deontica de proibição: consiste no conteúdo do enunciado como algo proibido e deve ser considerado da forma como é dito pelo interlocutor. Vejamos o exemplo a seguir:

Exemplo: Você *não pode* andar de bicicleta aqui.

c) Deontica de possibilidade: expressa o conteúdo como possibilidade ou seu uso é facultativo para o interlocutor.

Exemplo: Ele *pode* viajar com você.

O último modalizador é o afetivo ou avaliativo. Esse modalizador expressa um juízo de valor sobre o enunciado e uma determinada opinião sobre o enunciado, imprimindo um ponto de vista sobre o que foi dito. Nesse modalizador o enunciado assume um caráter avaliativo sobre o dizer e essa avaliação levanta hipótese, proferindo juízo de valor sobre o conteúdo das afirmações.

Esse modalizador é chamado por Koch de modo axiológico da enunciação. Consiste no modalizador que estabelece juízo de valor sobre o enunciado, afirmando ou negando algo decorrente de uma avaliação feita sobre o que foi dito. Ele exprime valores modais que se estabelecem no enunciado como critério de verdade, baseados no que proferimos como modalização avaliativa. No exemplo abaixo, vejamos como ele se materializa.

Exemplo: *Lamentavelmente* o João não comeu o doce.

No exemplo acima, através da marca do modalizador *lamentavelmente*, o locutor expressa sua opinião sobre a ação de João em não ter comido o doce. O locutor utiliza o advérbio como forma de validar o discurso, mas, sobretudo, como critério de estabelecer uma relação com o interlocutor pelo juízo de valor dado ao enunciado. Essa avaliação é própria desse modalizador, diferentemente do epistêmico e do deôntico, que expressam algo no dizer, porém não como juízo de valor sobre o que foi dito.

Nascimento e Silva (2014, p. 136), afirmam que:

O modalizador avaliativo utilizado não só serve para que o locutor imprima seu ponto de vista, como também está direcionando para o interlocutor, na medida em que indica como esse deve ler o enunciado.

Nesse sentido, a função desse modalizador não é apenas expressar uma opinião sobre o enunciado. Ele também aponta um direcionamento para o interlocutor em relação ao modo como deve ser lido e interpretado o enunciado proferido, além de agir sobre a ação do interlocutor.

Na proposta de Castilho e Castilho (1993), podemos entender que os modalizadores exercem uma função essencial no texto, bem como é por ele que o enunciado exerce a função de persuadir o interlocutor. Assim, os modalizadores exercem a função de modalizar o enunciado e os elementos utilizados estabelecem uma relação com os interlocutores. A seguir, vejamos o quadro que ilustra o que foi dito anteriormente:

Quadro: 02: Proposta dos modalizadores de Castilho e Castilho (1993)

EPISTÊMICOS	<ul style="list-style-type: none"> • ASSEVERATIVOS: expressam uma alta adesão do falante ao conteúdo por ele valorizado. Exemplos: realmente, naturalmente, certamente, logicamente, evidentemente, seguramente, absolutamente, indubitavelmente, obviamente etc. • QUASE-ASSEVERATIVOS: expressam uma baixa adesão do falante ao conceito por ele verbalizado. Exemplos: possivelmente, provavelmente, eventualmente. • DELIMITADORES: estabelecem os limites dentro dos quais se deve considerar o conteúdo da proposição. Exemplos: fundamentalmente, basicamente, praticamente, geograficamente, biograficamente, historicamente, pessoalmente, profissionalmente.
DEÔNTICOS	<ul style="list-style-type: none"> • Indicam que o falante considera o conteúdo da proposição como um estado de coisa que deve obrigatoriamente ocorrer: Exemplos: obrigatoriamente, necessariamente.
AFETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> • Verbalizam as reações emotivas do falante em face do conteúdo proposicional. • Subjetivos (Predicação dupla) Exemplos: felizmente, infelizmente. • Intersubjetivos (Predicação simples) Exemplos: francamente, sinceramente.

Fonte: RIBEIRO, (2003, p. 104).

Nota-se, então, que é fundamental o uso dos modalizadores no enunciado, ou melhor, é inevitável a marca dos modalizadores no enunciado como estratégia da argumentação. Eles demarcam o sentido do enunciado, permitindo uma melhor compreensão e habilidade sobre o dizer, como também no modo do direcionamento das nossas ações sobre o enunciado. Como fala KOCH (2011, p. 82): “as modalidades como atos ilocucionários dotados de valor argumentativos, fica clara a importância de seu estudo para uma tipologia dos atos que se

podem realizar por seu intermédio”. Essas palavras de Koch acentuam ainda mais a importância dos modalizadores e o seu papel no ato de fala como elemento discursivo do locutor com o seu interlocutor.

Essa autora esclarece essa conceituação e a função dos modalizadores como marca discursivo no enunciado. Segundo ela:

O recurso às modalidades permite, pois, ao locutor marcar a distância relativa em que se coloca com relação ao enunciado que produz, seu maior ou menor grau de engajamento com relação ao que é dito, determinando o grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores; possibilita-lhe, também, deixar claros os tipos de atos que deseja realizar e fornecer ao interlocutor “pistas” quanto às suas intenções; permite, ainda, introduzir modalizações produzidas por outras “vozes” incorporadas ao seu discurso, isto é, oriundas de enunciadores diferentes. (KOCH, 2011, p. 85)

Podemos perceber que o recurso dos modalizadores marca o discurso pelo locutor e sua relação com o enunciado, independentemente do seu grau de envolvimento. No entanto, é inegável que se estabelece uma relação entre o locutor e o interlocutor pelo que é dito, indicando suas intenções e registradas por modalizadores que apontam a relação entre o locutor, o enunciado e o interlocutor. Também possibilita ver os atos de fala como vozes que se assumem dentro do discurso, provindo de vários enunciadores.

Fica claro, portanto, que os modalizadores são marcas discursivas e estratégias do locutor em seu enunciado. Essa teoria entende a linguagem como atividade que elabora mentalmente essa estratégia no enunciado, apontando o agir dos interlocutores na interpretação do que foi dito pelo locutor. Os modalizadores, por fim, são marcas argumentativas condicionadas à linguagem humana, que regem o agir humano sobre o enunciado.

3.2 Utilização dos modalizadores no artigo de opinião

O uso dos modalizadores é inevitável no discurso. Não se pode produzir enunciado, sem o uso da modalização, ou melhor, não se produz enunciado sem que esteja modalizado. Como fala Nascimento e Silva (2014, p. 138), “a modalização é um fenômeno inerente à linguagem humana porque, através dele, podemos expressar avaliação sobre o dito e interagir com nossos interlocutores indicando ora como nosso enunciado deve ser lido, ora como queremos que nosso interlocutor re(aja)”. Essa é a função dos modalizadores: estabelecer uma relação enunciativa entre o locutor e o interlocutor. Por meio deles, expressamos opiniões e

julgamos sobre as coisas. Tudo isso influencia o agir das pessoas pelo uso da linguagem demarcada pelos modalizadores.

Na nossa análise, partimos do pressuposto de que todo texto é modalizado. Assim, identificaremos nos textos produzidos, os modalizadores como recurso de estratégia argumentativa do locutor com seu interlocutor. É importante esclarecer que os trechos estão identificados em forma de tabelas enumeradas e por seus autores, os estudantes. Também os modalizadores estarão divididos em classificações e em subdivisões.

3.2.1 Modalizadores Epistêmicos

a) Modalizadores Epistêmicos Asseverativos

Tabela 01

<p>Trecho 1</p> <p>“Inevitavelmente em nossas vidas, é perceptível ver diariamente vários atos de corrupção”.</p> <p>Trecho 2</p> <p>“(…) Elas trazem um enorme peso para a sociedade, principalmente para as crianças que crescerão observando esses atos corruptos”.</p> <p>Trecho 3</p> <p>“(…) Tem-se associado o termo corrupção, principalmente com a política, devido a vários escândalos desmascarados cotidianamente”.</p>
--

Fonte: (ESTUDANTE 1).

No trecho 01 da primeira tabela, há dois modalizadores epistêmicos, usados em um dos períodos da introdução da redação como marca de advérbio. O primeiro modalizador, **inevitavelmente**, corresponde ao epistêmico asseverativo, que consiste em expressar a certeza do locutor em relação ao problema da corrupção como parte da vida dos brasileiros. Ele não só afirma sua existência, também acentua sua presença como algo que não pode negar sua existência. O uso desse advérbio não trata do ato de evitar a corrupção, mas da impossibilidade de negação de sua existência. Sua finalidade, além de citar, é registrar a visibilidade explícita dessa problemática na vida e no comportamento do brasileiro.

Ainda no mesmo trecho, há outro modalizador epistêmico asseverativo, o modalizador **diariamente**. Esse foi utilizado para acentuar o quanto a corrupção é marcante e ocorrência

frequente. Ao citar esses modalizadores, o locutor deseja alertar no início do texto para o problema existente em nossas vidas, que, implicitamente, alerta, chama a atenção do interlocutor para a reflexão e orienta para uma tomada de decisão sobre a questão discutida.

O trecho 02 faz parte do primeiro parágrafo do desenvolvimento do artigo de opinião, que também é marcado pelo modalizador epistêmico asseverativo. Diferentemente dos modalizadores citados, apesar da mesma classificação, por meio do modalizador **principalmente**, o locutor, explicitamente, alerta para o risco da reprodução da corrupção para as crianças. Além da chamada de atenção, há implicitamente uma advertência para o cuidado com as crianças, a fim de que não cresçam com essas cenas. Seu enunciado é mais do que uma reflexão sobre essa temática; é um pedido para que tenhamos uma sociedade melhor sem corrupção.

Ainda nessa mesma redação, no trecho 03, o modalizador **principalmente** é repetido. No entanto, seu efeito de sentido exerce uma função diferente no enunciado. Como marca discursiva que particulariza a informação nesse contexto, esse modalizador epistêmico asseverativo não só especifica a ligação do termo “corrupção” aos políticos brasileiros, como também aponta para uma classe social que é constantemente desacreditada. O próprio modalizador epistêmico asseverativo **cotidianamente** demarca essa recorrência explícita da corrupção ligada aos políticos brasileiros.

O uso desses modalizadores citados anteriormente estabelece uma relação de sentido, que, explicitamente, revela a visão de corrupção do locutor ligada a políticos. Fica evidente que os modalizadores foram utilizados para chamar a atenção do leitor para pensar sobre esse problema. Ele também revela os riscos de sua continuidade marcada por atos frequentes. Implicitamente, revela a necessidade de que enxerguemos e reflitamos sobre a banalidade com que é tratada a corrupção.

Ainda na proposta de análise dos modalizadores, vejamos os epistêmicos quase-asseverativos e os delimitadores:

b) Modalizadores Epistêmicos Quase-asseverativos

Tabela 02

Trecho 1

“É possível observar que **geralmente** nos filmes sempre aparecem àqueles sujeitos que trapaceiam ou enganam”.

Fonte: (ESTUDANTE 2).

Tabela 03

Trecho 1

“A prática da corrupção mesmo que não se note está no dia a dia de **praticamente** todos como atos e gestos **aparentemente** inofensivos (...)”.

Fonte: (ESTUDANTE 3).

Ainda na perspectiva dos modalizadores epistêmicos, o enunciado é expresso por marcas linguísticas. O seu uso no discurso tem um efeito de sentido que intenciona a fala do locutor, bem como altera sua finalidade. É importante não só entendermos sua existência como marca discursiva, assim como seu papel no enunciado, utilizada como estratégia argumentativa.

Nessa tabela 02 e 03 do trecho 01 e o trecho 02, o locutor apresenta modalizadores epistêmicos quase-asseverativos. No modalizador **geralmente** do trecho 01, explicitamente, ele esclarece a presença e o ensinamento desse vício através de filme. Porém, esse modalizador não generaliza a informação. Seu uso acaba permitindo, implicitamente, a compreensão de que seu locutor não assume um valor de verdade do enunciado. Além de não corresponder à ideia geral da presença da ilegalidade nos filmes, o uso do adverbio de modo expresso pelo modalizador restringe, em alguns momentos, a presença da proposta temática a filmes. O locutor não estabelece uma verdade sobre o fato, deixando o enunciado ambíguo.

No trecho 02, são utilizados no enunciado, os modalizadores epistêmicos quase-asseverativos como tentativa de afirmar algo sobre o conteúdo proposto. Os modalizadores **praticamente** e **aparentemente** permitem ao interlocutor compreender, explicitamente, a intenção do locutor, que não tem certeza da verdade do enunciado. No primeiro modalizador, ele não demonstra clareza se a corrupção está presente na vida de todos os cidadãos ou apenas em alguns, enquanto no segundo, ele não revela certeza se os atos e gestos dos corruptos são ofensivos. Implicitamente, os modalizadores usados pelo locutor no enunciado permitem ao interlocutor a compreensão dos atos de corrupção como um erro suave e suportável à sociedade.

c) Modalizadores Epistêmicos Asseverativos e Delimitadores

Tabela 04

Trecho 1

“(...) Pois não conhecem **realmente** o significado, o conceito da palavra corrupção”.

Trecho 2

“Essa palavra não surgiu **antigamente**, quando seu ato apesar de não nomeado **previamente**”.

Trecho 3

“(...) já era muito conhecido. Esta palavra tem sido bastante conhecida **ultimamente** e comentada também”.

Fonte: (ESTUDANTE 4).

No trecho 01, o enunciado é marcado pelo modalizador **realmente**, classificado como epistêmico asseverativo. Este modalizador é utilizado para apontar, não a condição de realidade do fato, mas o modo como se concebe essa realidade. O locutor utiliza esse advérbio para exprimir o tamanho da gravidade da questão discutida, provocando seu interlocutor a refletir sobre a temática. Explicitamente, ele fala sobre o quanto ainda precisamos levar a sério a existência da corrupção. Ao mesmo tempo em que trata da corrupção como um problema que precisa ser pensado, o locutor implicitamente, aponta para o debate sobre essa realidade.

Ainda na perspectiva, Koch (1997) citada por Hoddnagel (1997, p. 147) afirma que os modalizadores epistêmicos expressam “uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição”. Esses tipos modalizadores caracterizam o modo como é dito o discurso, correspondente aos indicadores de ações do locutor em relação ao enunciado e seu interlocutor.

Vejamos que, no trecho 02, o locutor utiliza o modalizador epistêmico delimitador **antigamente** como marca do advérbio em seu aspecto temporal, e não ao modo. Sua proposta discursiva faz alusão à marca temporal das palavras no enunciado. No contexto da origem da palavra e de seu sentido no enunciado, o modalizador não exerce a mesma função. Há um equívoco quanto ao uso, porque não corresponde ao seu sentido literal, bem como ao sentido usado pelo locutor no enunciado. Explicitamente, o locutor tenta aproximar seu interlocutor sobre o que pretende dizer, mas implicitamente anula essa possibilidade quando usa a palavra expressando outro sentido. Ainda nesse trecho há o modalizador **previamente**, que marca o enunciado, delimitando a informação e ao mesmo tempo, apontando para o seu surgimento em outras situações posteriores.

No trecho 03, modalizador epistêmico delimitador **ultimamente**, o locutor não quer expressar a ideia de posição numérica. Esse advérbio quer expressar em seu contexto, uma marca temporal. Explicitamente, trata da recorrência frequente dessa temática. No entanto, seu locutor, implicitamente, quer dizer, “atualmente”. Isso acaba mudando o sentido do enunciado, provocando no interlocutor outros efeitos de sentido. O locutor deseja estabelecer uma ligação com o interlocutor, porém comete outro equívoco no seu uso, permitindo outra compreensão do enunciado.

3.2.2 Modalizadores Deônticos

a) Modalizadores Deônticos de obrigatoriedade

Tabela 05

Trecho 1
“Isso deve ser enfrentado, uma vez que, diariamente , pessoas são vítimas da corrupção”.
Trecho 2
“Porque já está se enraizando culturalmente e não deve-se deixar isso acontecer”.
Trecho 3
“Diante de argumentos supracitados é dever dos governantes proteger as pessoas vítimas de corrupção”.

Fonte: (ESTUDANTE 5).

No trecho 01 da quinta tabela dos modalizadores deônticos de obrigatoriedade, o modalizador **deve** está em sua forma de locução verbal, demarcando a ação do locutor no enunciado. Há também, explicitamente, em forma de uma ordem, uma chamada para a realização da ação em combater a corrupção. O uso desse modalizador pelo locutor estabelece uma relação com o interlocutor de superioridade, indicando o modo de executar a ação. Esse modalizador age de forma mais direta e objetiva na ação do interlocutor sobre o enunciado.

Há também o modalizador **diariamente**, no trecho 01, e **culturalmente**, no trecho 02. No entanto, apenas serão analisados os modalizadores deônticos de obrigatoriedade nessa tabela. Ainda nessa mesma tabela, existe outro modalizador deôntico de obrigatoriedade, marcado pelo verbo **dever** que, flexionado, encontra-se no uso da 3ª pessoa do singular mais o

uso do **SE**. Esse mesmo verbo expressa o pedido do locutor ao interlocutor para a realização da ação. Diferentemente do primeiro, que exorta a prática do enfrentamento, esse modalizador demarcado pelo verbo orienta a não permissão do fato.

O último modalizador dessa tabela, **dever**, expressa explicitamente a obrigatoriedade do governo no combate à corrupção. Esse modalizador utilizado pelo locutor no enunciado chama a atenção para o cumprimento obrigatório dos governantes em agir para combater a corrupção como forma de proteção ao cidadão. O locutor estabelece uma relação com o interlocutor, implicitamente induzindo-o a uma tomada de atitude e mudança de mentalidade.

b) Modalizadores Deônticos de proibição

Tabela 06

Trecho 1

“E **não podemos** nos privilegiar de tais atitudes que visam obter vantagem (...)”.

Fonte: (ESTUDANTE 6).

O trecho 01 da tabela 06 corresponde ao uso do modalizador deôntico de proibição. O uso do modalizador **não podemos** é marcado, no enunciado, como algo proibido. O locutor o utiliza como marca do advérbio de negação e do verbo flexionado no modo temporal, chamando a atenção do interlocutor para sua proibição. O seu efeito de sentido exerce impressão impactante, pois trata, implicitamente, de uma censura. Explicitamente, é uma proibição que se estabelece para o interlocutor.

O enunciado também demarca o envolvimento do locutor na ação. Ele não apenas estabelece uma norma proibitiva para seu interlocutor, como também se inclui nessa ação. Para ele, não consiste em caráter facultativo. É uma norma e deve, obrigatoriamente, ser seguida. Esse modalizador exerce uma forte influência sobre a ação do interlocutor e diz respeito ao interlocutor e seu comportamento. Esse modalizador interfere diretamente no comportamento do interlocutor influenciado pelo locutor.

Tabela 07

Trecho 1

“Mas **não podemos** deixar que esses atos se tornem normais (...)”.

Fonte: (ESTUDANTE 7).

No trecho 01 da tabela 07, temos o mesmo modalizador com o mesmo advérbio de negação, flexionado no mesmo modo temporal do verbo *poder*, porém antecedido da conjunção adversativa. Ainda assim, o sentido enunciativo é o mesmo. O locutor estabelece uma proibição ao seu interlocutor com relação a não permitir o exercício da corrupção e sua banalidade. Nesse enunciado, o locutor adverte para não tornarmos a corrupção como um problema simples e permitido em nossa sociedade.

O uso do modalizador *não podemos* não consiste apenas em uma proibição; implicitamente, é uma orientação para a ação no combate à corrupção e promoção do valor da honestidade. O conteúdo do enunciado é uma proibição e, ao mesmo tempo, perpassa a obrigatoriedade em tornar seu interlocutor ciente de sua responsabilidade social. Assim como no enunciado anterior da tabela 06, o locutor também se envolve na ação. Ele não apenas orienta seu interlocutor, como também se integra no enunciado.

c) Modalizadores Deônticos de possibilidade

Tabela 08

Trecho 1

“**Poderíamos** começar buscando nossos direitos (...)”.

Fonte: (ESTUDANTE 8).

No trecho 01 da tabela citada, o modalizador *poderíamos* é demarcado pelo verbo flexionado do modalizador *poder*. Esse modalizador expressa uma informação como possibilidade. Ao mesmo tempo em que o locutor adverte seu interlocutor, ele aponta um caminho. Fica explícito que o locutor reconhece a possibilidade de mudança da sociedade pelo exercício da lei. Em função disso, fica implícito que é pela luta dos nossos direitos que os interlocutores terão uma sociedade melhor.

Tabela 09

Trecho 1

“Isso faz com que tenhamos uma realidade honesta mais distante, mas **não impossível**”.

Fonte: (ESTUDANTE 9).

Ainda nessa discussão a respeito do modalizador deôntico de possibilidade, o locutor utiliza um adjetivo de modo *possível* antecedido de um elemento da formação da palavra, o prefixo *im*, que precede o advérbio *não*, que expressa uma ideia de negação. No entanto, seu sentido no enunciado é declarativo-afirmativo, ou seja, o locutor utiliza o advérbio não para negar, mas sim, para afirmar.

Ao contrário do prefixo *im* que nega, para expressar sua opinião, ele estabelece uma relação com o interlocutor, suavizando o enunciado por meio da negação e assim como, exortando o interlocutor para a possibilidade de realização da ação. Ele, explicitamente, demonstra que é permitido e possível. Porém, implicitamente, lança essa reponsabilidade para o interlocutor. O uso desse advérbio explicita para o interlocutor a possibilidade do conteúdo no enunciado.

Tabela 10

Trecho 1

“Ninguém conseguiu deixar de ser corrupto de forma simples, porém **é possível**”.

Fonte: (ESTUDANTE 10).

No trecho 01 dessa tabela, o locutor utiliza o mesmo modalizador da tabela 07, porém, a diferença encontra-se na forma declarativa-afirmativo do enunciado. O modalizador *possível* está na forma afirmativa e aponta para o interlocutor a possibilidade de agir. O locutor, ao utilizar esse modalizador, orienta o interlocutor e também o provoca para a ação. Esse modalizador integra a forma explícita do enunciado como um conteúdo possível ou facultativo para o interlocutor. Implicitamente, o locutor adverte o interlocutor para a provável execução do conteúdo.

3.2.3 Modalizadores Avaliativos

a) Modalizador avaliativo marcado por advérbio e por adjetivo

Tabela 11

Trecho 1

“**Ampla** gama e o **fácil** acesso à informação (...)”.

Fonte: (ESTUDANTE 11).

Na tabela 11, os modalizadores avaliativos exercem funções diferentes no discurso. Os adjetivos **ampla** e **fácil** expressam uma avaliação subjetiva do locutor face ao que diz, atribuindo juízo de valor sobre o que é dito. Os modalizadores exercem a função de avaliar o enunciado a respeito do conteúdo, atribuindo aos adjetivos citados o papel de modalizar a informação e apresentar seu ponto de vista a respeito do que é dito no discurso.

Modalizador avaliativo marcado por advérbio e sufixo em *MENTE*

Tabela 12

<p>Trecho 1 “Mas infelizmente, essa prática está inserida nos usos e costumes de várias pessoas”.</p>

Fonte: (ESTUDANTE 12).

Ainda na análise desse modalizador, na tabela 07 o locutor, por meio do advérbio ***infelizmente*** expressa uma opinião avaliativa, bem como seu ponto de vista a respeito do enunciado. Esse modalizador é utilizado para demarcar, no discurso, a impressão do locutor de forma emotiva sobre o que é dito no enunciado. O locutor é responsável em determinar o enunciado, estabelecendo sua opinião de forma subjetiva. Dessa forma, esse modalizador direciona o interlocutor a partir do juízo de valor dado ao enunciador.

Esse modalizador acentua ainda mais, assim como os demais, o uso da modalização em função do interlocutor. Sua estrutura é estabelecida para a relação de interação entre o locutor e o interlocutor. Em relação a sua aplicação e análise, Koch (2011) considera que é importante conhecer a organização do texto argumentativo precedente à oposição e às relações entre os conceitos existentes no texto.

Essa pesquisa tem como pressuposto, a língua em seu aspecto sócio-interacionista, que se materializa no gênero discursivo. Particularmente, o estudo do gênero textual, artigo de opinião, contempla em sua composição, elementos linguísticos fundamentais para a compreensão de sua finalidade comunicativa e para o estudo dessa pesquisa. Utilizado como *corpus*, esse gênero apresenta em seu aspecto enunciativo, os modalizadores como estratégia argumentativa.

Na identificação e análise dos textos produzidos pelos estudantes, podemos notar o quanto eles utilizam os modalizadores. Eles, em sua maioria, utilizaram os modalizadores como estratégia discursiva e em seu efeito de sentido. Eles, com seus textos, conseguem estabelecer uma relação do conteúdo enunciado com o interlocutor. Há também, a recorrência

mais frequente do seu uso, na introdução e no desenvolvimento. No entanto, poucos a utilizam na conclusão, demonstrando o quanto eles ainda precisam desenvolver em seus textos, a modalização como ocorrência frequente em todo texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta pesquisa apresenta a reflexão acerca da função da modalização no gênero discursivo artigo de opinião. Foram identificados os modalizadores como recurso de estratégia argumentativa, cuja função é persuadir o interlocutor a respeito da informação. No primeiro capítulo, discutimos a concepção de língua como interação social e de gênero discursivo em seu aspecto sócio-interacionista. No segundo capítulo, nos voltamos para as concepções de argumentação e modalização na perspectiva teórico-discursiva, que as compreendem em sua realidade discursiva e contextual. Sua finalidade comunicativa é convencer o interlocutor da verdade do conteúdo através de estratégias modais no enunciado. No terceiro e último capítulo, apresentamos nossa análise, que consistiu na identificação dos modalizadores e sua classificação, assim como os efeitos de sentido produzidos por esses elementos.

Toda a proposta discursiva e reflexiva desenvolvida nesse trabalho científico de conclusão do curso teve como objetivo estudar e identificar os modalizadores como recursos argumentativos e suas funções na relação entre locutor, interlocutor e seus aspectos sócio-interacionistas e a fundamentação teórica está baseada na linguística da enunciação e do discurso.

A quantidade do modalizador delimitado nas tabelas correspondeu à leitura de 30 (trintas) redações, selecionadas para identificação dos modalizadores, mas, apenas 12 (doze) produções textuais foram analisadas. As mesmas estão na análise em forma de tabelas e com trechos em ordem numérica. Neles foram analisados seu efeito de sentido no texto e seu caráter enunciativo como verdade de conteúdo.

A sua contribuição a respeito da temática proposta por esse trabalho surge do entendimento e, sobretudo, da função dos modalizadores no artigo de opinião como estratégia argumentativa. Não trata apenas em uma concepção conceitual dos modalizadores contemplados no *corpus* dessa pesquisa, mas, sobretudo, sua aplicação e sua função no gênero discursivo artigo de opinião. Consiste em pensarmos a língua em sua dinamicidade bem como em seu caráter enunciativo constantemente modalizado para uma finalidade comunicativa. É fundamental refletirmos sobre essa proposta temática, mas também identificar seu uso no gênero discursivo, citado no enunciado como forma de o locutor estabelecer uma interação com o locutor e o interlocutor e a validade do conteúdo.

De um lado, os modalizadores demarcam o sentido do enunciado; do outro, reforçam seu sentido como recurso de estratégia argumentativa. O locutor os utiliza para esclarecer seu

ponto de vista sobre o enunciado, enfatizando o uso dos elementos da linguística, particularmente da modalização na enunciação. Assim, a modalização é marca do lugar, do olhar e da compreensão do locutor sobre o enunciado, constituído de sentidos para estabelecer uma relação com o interlocutor, demonstrando sua intenção e convencendo-o do que é dito no enunciado.

Por fim, a pesquisa contribui para o estudo da modalização revelada no artigo de opinião. O seu uso qualifica o texto em sua finalidade comunicativa, além de expressar a intenção do seu autor quando a utiliza como estratégia argumentativa. Também melhora o repertório linguístico dos alunos, possibilitando-os construir melhor seus textos. Assim, o uso dos modalizadores não só contribui para a produção textual, bem como, para estabelecer uma relação entre o locutor e o interlocutor. Para isto, os estudantes do Ensino Médio devem utilizá-los para melhorar a construção de sentido de seus textos e estabelecer uma relação com seus interlocutores, assim desenvolver o conhecimento de língua, gênero discursivo e sua finalidade comunicativa.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 2ªed. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. 1ª.ed. - São Paulo: Educ; Campinas SP: Pontes, 1991.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 13ª. Ed. - São Paulo: Cortez, 2011.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; BARROS, Kazue Saito Monteiro de. **Tópicos em Linguística de texto e análise da Conversação**. Natal: ed. UFRN, 1997.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. **Manual de Linguística**. 1ª. ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2010. Vários autores.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção Textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MORATO, Edwiges Maria. **O interacionismo no campo linguístico**. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. 5ª. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.
- NASCIMENTO, Erivaldo P. N.; SILVA, Joseli Maria da. **Modalização**. In: ESPÍNDOLA, Lucienne (Org.). **Teorias Pragmáticas e ensino**. Vol. XVIII: Coleção todas as letras. 2ª.ed. Editora da UFPB, 2014.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e Gramática**. – São Paulo: Contexto, 2006.
- NICOLAU, Roseane Batista Feita. **Gêneros: da realidade histórica à realidade discursiva**. In: ALDRIGUE, Ana Cristina; ALVES, Eliane Ferraz (Org.). **Diálogos heterogêneos**. João Pessoa: Edição Universitária / UFPB, 2004.
- RIBEIRO, Maria das Graças Carvalho. **Uma abordagem semântico-discursiva de estruturas nominais em mente em interações orais dialogadas**. Recife: UFPE, 2003.
- RIBEIRO, Roziane Marinho. **A construção da argumentação oral em contexto de ensino**. São Paulo: Cortez, 2009.
- LIMA, Geziel de Brito. **O gênero requerimento: uma análise dos modalizadores discursivos**. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em: <http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/594.pdf>. Acesso em: 18 de abril de 2018.

ANEXOS 01: Termo de consentimento da pesquisa na escola

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS**

TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, Maria Josefina da Silva,
autorizo o uso do nome da Escola Estadual de Ensino Médio
EREMFO-Escola de Referência de Ensino Médio Frei Orlando para a
coleta de dados, visando à construção do Trabalho de Conclusão de
Curso (TCC), com fins acadêmicos, para o Curso de Licenciatura Plena
em Letras (Língua Portuguesa) da Universidade Federal da Paraíba.

João Pessoa, 03 de Abril de 2018.

Maria Josefina da Silva
DIRETOR DA ESCOLA

Maria Josefina da Silva
Mat. 180291-7 Gestora
Port. Sec 6443- 07/06/17

ANEXOS 02: Textos dos estudantes

Texto 01 – Modalizadores Epistêmicos Asseverativo da tabela 01

FOLHA DE REDAÇÃO

1	Corrupção no dia a dia.
2	Inevitavelmente em muitos países, é perceptível ser
3	diariamente várias outras corrupções, seja em um simples
4	fluxo de fila ou em outras feitas pela maioria das go-
5	vernantes (servidores, deputados, governadores e etc.), es-
6	ta problema vem de há primórdios da humani-
7	dade, e vem "destruindo" nossa sociedade até os dias
8	de hoje.
9	Embora tais ações como: furar fila, não declarar o tri-
10	bo exato, usar de intimidação para ganhar de beneficiários,
11	regrar muitas outras regras como superfaturar, elas trazem
12	um enorme prejuízo para a sociedade, principalmente para
13	os cidadãos que precisam abster-se de outras corrup-
14	tões.
15	Atualmente, no cenário atual da sociedade nascida pelo
16	processo tecnológico, tem-se observado o termo corrupção
17	principalmente em a política, devido a várias vezes
18	os "desmandados" cotidianamente. Algo que para alguns
19	já está sendo considerado normal. Entretanto é funda-
20	mental lembrar que devido a este comportamento (de-
21	vido a redes sociais), milhares de pessoas são af-
22	etadas indiretamente no país.
23	Conclui-se, é necessário que haja uma intervenção tanto
24	da população como das legislações, para que as leis de
25	furto e roubo sejam colocadas em prática. Assim teremos
26	um país menos corrupto e mais honesto.
27	
28	
29	
30	

Texto 02 – Modalizadores Epistêmicos Quase-Asseverativo da tabela 02

FOLHA DE REDAÇÃO

Corrupção do dia-a-dia

1	A ilegalidade não está amplamente relacionado
2	apenas a política, mas podemos observar que em
3	essa sociedade existe o ato de obter vantagem
4	sobre algo ao longo do nosso cotidiano.
5	O parentel descreve que geralmente nos filmes, sempre
6	aparecem aqueles sujeitos que trapaceiam ou enganam.
7	Mas infelizmente, essa prática está inserida no uso
8	e costumes de vários povos. Querer levar vantagem de
9	tudo, desprezar os direitos alheios, enganar, subornar,
10	furar fila, não cumprir deveres; são exemplos simples
11	atos de corrupção que podem ser combatidos com
12	pequenas atitudes. O question de educação, e os adultos
13	não fundamentais para acabar com essa prática.)
14	O primeiro grupo de contato em que os indivíduos
15	têm, é a família, ela que deve educar para a
16	vida em sociedade, mostrando os principais valores
17	nes. / 9
18	Contudo, a ética das pequenas coisas, é o que con
19	trói a ética das grandes. O como já dizia
20	Gandhi, "Se eu quero mudar o mundo, tenho que
21	começar por mim".
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Texto 03 – Modalizadores Epistêmicos Quase-Asseverativo da tabela 03

2º C

FOLHA DE REDAÇÃO

V

1	Desde os primórdios do país, convive-se com
2	uma realidade muito difícil para alguns.
3	Viver em uma sociedade que sempre adota o "sei-
4	tinho brasileiro" de ser isto está enraizado nas
5	pessoas que aqui vivem, isto não é algo novo.
6	Esta situação existe desde a colonização, onde
7	o país e seus habitantes foram explorados em
8	troca de objetos simples, mas nunca vistos por eles
9	mas para os portugueses os nativos não passavam
10	de um recurso se aproveitavam de sua pureza,
11	suposta fragilidade.
12	A prática da corrupção, mesmo que não se note, está
13	presente no dia-a-dia de praticamente todos, como
14	atos e gestos aparentemente "inofensivos" na mente
15	de quem pratica esse tipo de ação, roubar uma ca-
16	netta, furar filas. (O cidadão comum discute, fala,
17	debate sobre corrupção frequentemente) fala sobre
18	o político A que foi preso certo dia por corrupção,
19	debate sobre quem vai votar e aponta "votarei na-
20	quele que não rouba" mas não percebe que ele
21	comete atos indevidos todos os dias mas os únicos
22	corruptos são os políticos, a hipocrisia está presente
23	nas casas brasileiras, a população se acostuma
24	com a impunidade.
25	Se a população continuar com essa atitude daqui a pouco
26	tempo, não sobrará ninguém imune, todos se tornarão
27	tão corruptos quanto os políticos que criticam, e
28	necessário fazer algo contra isso para que a socie-
29	dade, as novas gerações sejam melhores e mais justas.
30	

Texto 04 – Modalizadores Epistêmicos Asseverativos e Delimitadores da tabela 04

EXEMPLO

FOLHA DE REDAÇÃO

Corrupção no dia a dia

1	Desde os primórdios da humanidade
2	esse ato que se caracteriza por roubar
3	algum material ou ideia para se bene-
4	ficiar, tirar proveito de alguma situação,
5	muitos realizam o julgamento de segundo
6	sem se auto julgar. Pois não conhecem
7	realmente o significado, o conceito da pa-
8	lavra corrupção, uma simples ação como
9	deixar um amigo passar na fila da esco-
10	la, do banco ou do mercado além de poder
11	causar problemas, discussões, brigas ainda
12	pode o caracterizar como corrupto. Essa pa-
13	lavra não surgiu tão antigamente quanto se
14	at, apesar de não nomeado previamente (já
15	era muito conhecida, esta palavra tem sido
16	bastante conhecida ultimamente) e comentada
17	também, se torna cada vez mais praticada
18	porém pessoas tentam se esquivar e
19	negar seus feitos, procurando escondê-los
20	embaixo de outras ações corruptas de se-
21	gundos e terceiros, estamos a um grande
22	passo de chegar ao fim desse mundo repleto
23	de corrupção, o passo principal é investir na
24	educação de ambas as partes, tanto de casa
25	quanto da escola, essa atitude é um bom
26	começo.
27	
28	
29	
30	

Texto 05 – Modalizadores Deônticos de obrigatoriedade da tabela 05

FOLHA DE REDAÇÃO

Corrupção no dia a dia.

1 A corrupção no dia a dia na sociedade brasileira está
 2 sendo muito presente. Isso deve-se impentada, uma vez que,
 3 diariamente, pessoas são vítimas de corrupção. Ainda penma-
 4 -se que só os políticos que cometem esse ato de organi-
 5 zação inflacionária.
 6 Levemos em um país em que a corrupção está cada
 7 vez mais frequente mesmo nos pequenos atos. Ainda penma-
 8 -se que a corrupção só é a lavagem do dinheiro,
 9 mas não é só isso. A corrupção pode ser mesmo em
 10 furar filas, pagar para se livrar de uma multa de
 11 trânsito, colocar na prova e etc. Elas podem ser pequenas
 12 mas com consequências rígidas.
 13 As pessoas sempre foram vítimas desse ato de corrup-
 14 ção, embora o único problema é impentá-lo. Para
 15 isso deve-se impentar essas inflações do dia a dia,
 16 buscando soluções fáceis, porque já está se enraizando
 17 culturalmente e não deve-se deixar isso acontecer.
 18 Isso está virando uma cultura no país.
 19 Os políticos não são únicos a cometerem essas inflações,
 20 mas também são os cidadãos, isto é uma ideia
 21 deturpada. A corrupção quase sempre é implícita, a pri-
 22 meira vista. Essa "cultura" está se expandindo cada vez
 23 mais. Assim fazendo que a sociedade seja mais
 24 golpista.
 25 Diante de argumentos supracitados, é dever dos
 26 governantes proteger as pessoas vítimas de corrupção,
 27 impor leis mais rígidas e punições mais severas para
 28 aqueles que não as cumprem. A isso investimentos em
 29 educação no intuito de formar cidadãos mais compre-
 30 metidos em garantir o bem-estar da sociedade.

Texto 06 – Modalizadores Deônticos de proibição da tabela 06

2º A

FOLHA DE REDAÇÃO

corrupção no dia a dia

1	A corrupção não convém só na política, cometemos
2	estes atos todos os dias em pequenas ações. O problema
3	é que muitos não querem enxergar que essas atitudes
4	costumeiras e aparentemente inofensivas são corrup-
5	tas, que lhe trarão consequências ainda maiores.
6	A sociedade está sujeita a corrupção cometendo os
7	pequenos atos ilícitos no dia-a-dia como: furar fi-
8	las, pagar para se livrar de uma multa, subornar,
9	mentir, dar ou aceitar troco errado...
10	(É não é difícil perceber que essas atitudes são mais
11	comuns em nosso cotidiano, elas são sutis, simples,
12	e, infelizmente, mais aceitáveis pela sociedade.)
13	É deste jeito somos influenciados cada dia
14	mais, e terminamos aceitando esse ato mais sim-
15	ples de corrupção, pois cometemos esse erro por mais
16	insignificante que seja. (É não podemos nos privi-
17	legiar de tais atitudes que visam obter vanta-
18	gem onde se favorece uma pessoa e se prejudi-
19	ca outra.)
20	A corrupção ainda é um problema a ser re-
21	solvido. A respeito dessas situações inventamos
22	sempre desculpas para justificar o erro. E se en-
23	tarmos de cometer estes atos, a sociedade teria uma
24	visão mais ampla do que acontece, e agiriam
25	desta forma com mais esperteza para combater
26	esse problema e, evitar um prejuízo que pode
27	ser enorme.
28	
29	
30	

Texto 07 – Modalizadores Deônticos de proibição da tabela 07

FOLHA DE REDAÇÃO

2 A corrupção do dia a dia

1	1	Dinamicamente podemos encontrar a corrupção
2	2	muito fácil seja desde passar na frente do colega
3	3	em fila até pegar algo achado, mas todo tipo de
4	4	corrupção é igual. Claro que para alguns esses
5	5	atos ao longo se tornam mais du até comum
6	6	no seu dia a dia podendo ter consequências no cotidiano
7	7	em sociedade.
8	8	Podemos citar exemplos de corrupção tais como:
9	9	desde o roubo de algo, passar na frente de alguém
10	10	na fila. Mas não podemos deixar que esses atos
11	11	se tornem mais para o seu cotidiano em sociedade,
12	12	esses atos corruptos na maior parte em
13	13	que o indivíduo faz é para se auto-beneficiar causando
14	14	do assim várias consequências no seu dia-a-dia
15	15	com outros pensados de na própria sociedade.
16	16	Para combater a corrupção, é necessário
17	17	metodos começando pela conscientização sobre ela
18	18	e alerta a população que não sendo corrupto
19	19	não se irá prejudicar o seu próprio, mas também
20	20	sem isso mesmo. Os métodos começam disso
21	21	meios diversos de outra forma as consequências da
22	22	corrupção no dia-a-dia.
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

Texto 08 – Modalizadores Deônticos de possibilidade da tabela 08

FOLHA DE REDAÇÃO

1	A corrupção não é clic-clic-clic.
2	(A corrupção é algo muito simples, e que envolve
3	relações pessoais) Quando falamos em corrupção, pensa-
4	mos logo em política, pois é lá que ocorre um tipo de
5	corrupção simples que envolve, portanto, o que
6	podemos chamar de corrupção?
7	As coisas nem sempre são corruptas em alguns
8	momentos, quando falamos de corrupção como algo
9	simples, e pensamos em corrupção como algo
10	mais complexo, corrupção não é corrupção de política, e
11	sim, corrupção.
12	(Para entender a corrupção, precisamos
13	ver o contexto) Quando falamos em corrupção, quando
14	falamos de corrupção, quando falamos de corrupção
15	simples, e não de corrupção que é corrupção de
16	política, e não de corrupção que é corrupção de
17	política, e não de corrupção que é corrupção de
18	política, e não de corrupção que é corrupção de
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Texto 09 – Modalizadores Deônticos de possibilidade da tabela 09

FOLHA DE REDAÇÃO

1 A CORRUPÇÃO do dia A dia

1	Um dos principais problemas que assola a nos-
2	sa sociedade é a corrupção. Tendo em vista, que não é cor-
3	re uma política, como estamos acostumados a ver, mas tam-
4	bém nas "pequenas" atitudes desonestas que chamamos de "jei-
5	timbo brasileiro". Como furar, bolar em provas ou não devel-
6	onar o troco errado. Mas o que é preciso para mudar
7	essa realidade?
8	Dessa forma, quem pratica esses pequenos atos cor-
9	ruptos está cuidando apenas do seu interesse pessoal
10	valere outras pessoas, tirando assim maiores vantagens.
11	É neste ponto que se observa a educação familiar, on-
12	de se questiona então se a ética moral, a honesti-
13	dade, a lealdade e a justiça social não são ensi-
14	nadas dentro de casa.
15	No entanto, criticam um político que deveria di-
16	nhirar publico, mas comete atos que também são
17	primos. Acontece, que o problema da corrupção se
18	tornou uma espécie cultural, ou se faz pensar
19	que existe algo cultural para se criar alguma
20	desculpa. Isso faz com que tenhamos uma realidade
21	honesto mais distante, mas não impossível.)
22	Portanto, o primeiro passo para uma sociedade
23	menos corrupta e mais justa é deixar de lado o
24	individualismo e priorizar, pensar mais sobre o
25	interesse da coletividade. Em geral, as leis públi-
26	cas devem ser colocadas em prática, os mesmos fe-
27	reitos devem ser ensinados desde cedo o que é cor-
28	to e errado, e que o "jeitinho brasileiro" é só mais
29	um meio de tirar vantagens sobre o seu próximo.
30	

Texto 10 – Modalizadores Deônticos de possibilidade da tabela 10

Corrupção no dia a dia

FOLHA DE REDAÇÃO

1	Este ato acompanha o Brasil desde os primei-
2	ros dias, a corrupção muitas vezes atrapalha a
3	vida de várias pessoas, como burlar a lei
4	ou agir com falta de ética faz com que outras
5	pessoas possam não exercer seus direitos como
6	previsto.
7	Na sociedade brasileira existe uma
8	cultura, obter vantagens de forma corrupta,
9	ou seja, fazendo algo que é contra a lei e
10	princípios morais de uma sociedade.
11	Mentir quando chega atrasado, furar fila,
12	entrar no ônibus sem pagar, isso é des-
13	respeitoso porém comum na sociedade
14	brasileira. A corrupção está em toda parte,
15	até nas menores coisas. Ser corrupto no
16	dia-a-dia não é ser criminoso mas é erra-
17	do.
18	mas como deixar de ser corrupto? É neces- sário reconhecer onde está a corrupção, mas
19	sendo difícil, parar de praticá-la/ninguém
20	conseguir deixar de ser corrupto de forma
21	simples porém é possível. Toda sociedade
22	também precisa mudar através da educação.
23	É necessário que o combate seja ativo
24	em locais públicos e privados, em escolas
25	e principalmente educar as crianças para
26	serem honestas e para que a sociedade
27	brasileira seja considerada íntegra.
28	
29	
30	

Texto 11 – Modalizadores Avaliativos da tabela 11

FOLHA DE REDAÇÃO

1	A ampla gama e o fácil acesso à informação tem gerado um <u>defeito</u> na população.	equivoco
2	No que diz respeito aos instrumentos básicos da comunicação em sociedade, a leitura e o <u>escrito</u>	4
3	Por parte de algumas pessoas, incluindo sempre o bem pessoal, mesmo que isso possa	
4	prejudicar o próximo. De fato, toma-se como premiação, corrupção de alta classe em assuntos	
5	políticos. Mas, será que a <u>disposição</u> de altos valores não vai além de questões diplomáticas?	2
6	Em meados do século XX, o homem com sua capacidade de racionalização, chegou a buscar	
7	formas de interação curtas e eficientes, afinal, o mundo estava evoluindo. O advento da <u>tecnologia</u>	
8	fez um ponto crucial para as alterações na comunicação humana. O <u>distanciamento</u> físico	
9	e as pessoas passaram a buscar uma forma de <u>troca</u> diferente das consequências	
10	com o próximo. Desde então, o mundo passou por uma <u>adaptação</u> para a relação estabelecida entre as	
11	pessoas.	
12	Talvez, a tecnologia não é o único fator resultante dessa corrupção. A educação familiar é um	
13	ponto muito relevante. Logo visto, a formação do caráter se dá na casa, no ambiente <u>familiar</u>	
14	onde os pais são condutores de uma criança para a vida. Esses resultados, falsos atitudes	
15	e a <u>predileção</u> de informação erradas, tomam-se mais frequentes quando um jovem tem os	
16	instrumentos básicos <u>incutidos</u> pelos pais na sua infância.	
17	Por fim, <u>paralelo</u> <u>educação</u> na escola das pessoas que, corrupção não é <u>normal</u> , a partir	3
18	do momento em que a <u>medida</u> do candidato é baseada pela <u>quantidade</u> ou pela <u>forma</u>	
19	em que ele <u>trabalha</u> , é algo <u>importante</u> . São valores básicos, a <u>humildade</u> e a <u>solidariedade</u>	
20	instituídos pelos pais e os professores <u>constituem</u> formas que quando <u>estivem</u> "no fundo do	
21	poço" não produzem <u>alguma</u> <u>paralisação</u> da sua <u>educação</u> mas sim, sua <u>ajuda</u> .	
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

Texto 12 é o mesmo do texto 02– Modalizadores Avaliativos da tabela 12

FOLHA DE REDAÇÃO

Corrupção do dia-a-dia

1	(A ilegalidade não está <u>amplosamente</u> relacionado
2	apenas a política,) mas podemos observar que em
3	essa sociedade existe o ato de obter vantagem
4	sobre algo ao longo do nosso cotidiano.
5	(O <u>personagem</u> observar que <u>geralmente</u> nos filmes, sempre
6	aparecem aqueles sujeitos que <u>trapaceiam</u> ou <u>enganam</u> .
7	Mas <u>infelizmente</u> , essa prática está <u>inserida</u> no <u>uso</u>
8	e <u>costumes</u> de <u>ações</u> <u>personais</u> . Querem <u>ter</u> vantagem de
9	tudo, <u>desrespeitar</u> os <u>direitos</u> <u>alheios</u> , <u>enganar</u> , <u>sulionar</u> ,
10	<u>fixar</u> <u>fiis</u> , <u>não</u> <u>cumprir</u> <u>deveres</u> ; <u>não</u> <u>exemplos</u> <u>simples</u>
11	<u>atos</u> de <u>corrupção</u> que <u>podem</u> <u>ser</u> <u>combatedos</u> <u>com</u>
12	<u>pequenas</u> <u>atitudes</u> . O <u>questão</u> de <u>educação</u> , e <u>os</u> <u>adultos</u>
13	<u>não</u> <u>fundamentais</u> para <u>acabar</u> <u>com</u> <u>essa</u> <u>prática</u> .) 3
14	O <u>primeiro</u> <u>grupo</u> de <u>contato</u> em <u>que</u> <u>o</u> <u>indivíduo</u>
15	<u>tem</u> , é a <u>família</u> , <u>ela</u> <u>que</u> <u>deve</u> <u>educar</u> <u>para</u> a
16	<u>vida</u> <u>em</u> <u>sociedade</u> , <u>mostrando</u> <u>os</u> <u>principais</u> <u>valores</u>
17	<u>nos</u> . 19
18	Contudo, a <u>ética</u> <u>das</u> <u>pequenas</u> <u>coisas</u> , é o <u>que</u> <u>com</u>
19	<u>traz</u> a <u>ética</u> <u>das</u> <u>grandes</u> . O <u>como</u> <u>já</u> <u>dizia</u>
20	Gandhi, "Se eu <u>quero</u> <u>mudar</u> o <u>mundo</u> , <u>tenho</u> <u>que</u>
21	<u>começar</u> <u>por</u> <u>eu</u> ".
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	